



# PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PPP

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

- IFSP -

**Câmpus Itaquaquecetuba**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA DE SÃO PAULO  
CÂMPUS ITAQUAQUECETUBA**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**2021-2025**

**ITAQUAQUECETUBA, FEVEREIRO DE 2021**

# Folha de aprovação no CONCAM



Ministério da Educação  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Câmpus Itaquaquecetuba  
COORDENADORIA DE EXTENSAO

PARECER 2/2021 - CEX-ITQ/DRG/ITQ/IFSP

Itaquaquecetuba, 25 de fevereiro de 2021

O Diretor-Geral Substituto do Câmpus Itaquaquecetuba IFSP, no uso de suas atribuições, após submissão e deliberação do Conselho de Câmpus (CONCAM), aprova o presente Projeto Político Pedagógico para o período de 2021 - 2025.

Artur Martins de Sá  
Diretor-Geral Substituto  
assinado eletronicamente

Documento assinado eletronicamente por:

- **Artur Martins de Sa**, ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO, em 08/03/2021 09:55:12.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 05/03/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsp.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 153365  
Código de Autenticação: 652b8fa2ea



**Comissão local do Projeto Político-Pedagógico  
(PPP)**

Conforme Portaria nº ITQ.0112/2019, DE 08 DE NOVEMBRO DE  
2019

Ivan Luís dos Santos

Afrânio Tenório da Silva

Ana Paula Faria

Anderson Alves

Andreia Cristina Fidelis de Souza

Carlos Camilo Mourão Júnior

Michelle Crescêncio de Miranda

Paula Ferrari

Thiago Silva Augusto da Fonseca

Valtir Maria Pereira Santos

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Dados do município de Itaquaquecetuba	24
<b>Tabela 2</b> – Dados da Educação do município de Itaquaquecetuba	25
<b>Tabela 3</b> – Panorama de oferta de cursos profissionalizantes pelas FATECs, ETECs e SENAI na microrregião de Mogi das Cruzes	27
<b>Tabela 4</b> – Outras unidades do IFSP na região	28

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Índice de Desenvolvimento Humano - Educação – Itaquaquecetuba	25
<b>Figura 2</b> – Escolaridade dos trabalhadores - Município de Itaquaquecetuba	26
<b>Figura 3</b> – Estatísticas do Cadastro Central de Empresas Itaquaquecetuba	29
<b>Figura 4</b> – Organograma do câmpus Itaquaquecetuba	39

## SUMÁRIO

<b>1. Apresentação</b>	<b>10</b>
<b>2. Apresentação da nossa instituição: o IFSP</b>	<b>11</b>
2.1 Breve histórico do IFSP	11
2.2 Função social, objetivos e metas	13
2.3 Princípios norteadores	14
2.4 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	20
<b>3. O câmpus Itaquaquetuba</b>	<b>22</b>
3.1 História do município	22
3.2 Caracterização do município	23
3.3 Histórico do câmpus	30
3.4 História dos cursos ofertados pelo câmpus Itaquaquetuba	32
3.5 Infraestrutura física e instalações acadêmicas	33
3.6 Servidores (docentes e administrativos)	39
3.7 Organograma do câmpus	39
<b>4. Pressupostos políticos-pedagógicos do câmpus</b>	<b>41</b>
4.1 Princípios norteadores das ações político-pedagógicas	41
4.1.1 Ética, cidadania, inclusão social e criticidade	41
4.1.2 Gestão Democrática	43
4.1.3 Direitos Humanos	45
4.1.4 Educação Ambiental e Sustentabilidade	46
4.1.5 Interdisciplinaridade	47
4.1.6 Mundo do trabalho e educação profissional	48
4.2 Ensino	50
4.2.1 Processos de ensino e aprendizagem e metodologias de ensino	50
4.2.2 Avaliação da aprendizagem e recuperação da aprendizagem	52

4.3 Pesquisa	54
4.4 Extensão	57
<b>5. Os cursos que oferecemos</b>	<b>58</b>
5.1 Cursos Técnicos de Nível Médio	59
5.1.1 Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio	59
5.1.2 Técnico em Mecânica na modalidade Concomitante e/ou Subsequente ao Ensino Médio	62
5.2 Cursos Superiores	64
5.2.1 Licenciatura em Matemática	64
5.3 Cursos de Extensão	65
<b>6. O que fazemos: políticas e ações em nosso câmpus</b>	<b>65</b>
6.1 Diretoria Adjunta Educacional (DAE)	66
6.2 Coordenadorias de curso	66
6.2.1 Cursos Técnicos em Mecânica	66
6.2.2 Licenciatura em Matemática	67
6.3 Coordenadorias Sociopedagógica (CSP)	67
6.3.1 Assistência Estudantil	68
6.4 NAPNE – Núcleo de Apoio às pessoas com necessidades educacionais especiais	69
6.5 Formação Continuada	70
6.6 Políticas e ações de extensão	70
6.7 Políticas e ações de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação	71
6.8 Órgãos Colegiados	71
6.9 CPA – Comissão Própria de Avaliação	73
6.10 Movimento Estudantil – Centro Acadêmico e Grêmio	73
6.11 CAAD – Comissão de Avaliação da Atividade Docente	74
6.12 Coordenadoria de Apoio ao Ensino (CAE)	74
6.13 Coordenadoria de Biblioteca (CBI)	75



6.14	Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA)	75
6.15	Setor Administrativo	75
6.16	Direção-Geral (DRG)	77
<b>7.</b>	<b>Proposta de ações para os próximos anos</b>	<b>77</b>
7.1	Ensino	77
7.2	Pesquisa	78
7.3	Extensão	79
7.4	Administração	80
<b>8.</b>	<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>81</b>

## **1. Apresentação**

O presente texto descreve a primeira versão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) do Câmpus Itaquaquecetuba (ITQ) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). Foi escrito a partir das contribuições dos membros da comissão, representada por professores e técnicos administrativos educacionais, e de outros servidores em momentos específicos. A comissão estruturada para sua confecção organizou sua forma e trabalhou por muitos meses até apresentar este Documento para debate no câmpus.

Esta versão do texto representa um relatório das atividades desenvolvidas e de ações em andamento, bem como faz uma projeção de diretrizes e de estabelecimento de parâmetros político-pedagógicos para a vida no câmpus.

O texto descreve um processo de busca por identidade e norteamento, com o estabelecimento de um ponto de vista que seja comum aos servidores, estudantes e à comunidade externa. Para o quê e para quem serve o câmpus Itaquaquecetuba do IFSP? Sabemos que o respeito à diversidade, à pluralidade e à multiplicidade de ideias é fundamental para o estabelecimento de uma educação escolar democrática e também concordamos que é necessário estabelecer parâmetros de trabalho, organização de cursos e metas comuns.

Os trabalhos da comissão do PPP do Câmpus Itaquaquecetuba foram encaminhados principalmente em 2019. De lá para cá, no entanto, diversas situações afetaram o andamento do trabalho: alguns membros se afastaram para capacitação, outros foram removidos da unidade. Mas principalmente a pandemia do Covid-19 interrompeu a sequência dos trabalhos, que estavam previstos até no calendário acadêmico para que houvesse um diálogo frequente com a comunidade.

## **2. A nossa instituição: o IFSP**

### **2.1. Breve histórico do IFSP**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que busca oferecer um ensino público, gratuito e de qualidade, apresenta mais de 100 anos de história. No decorrer dessa longa trajetória, o IFSP teve diversas denominações, sendo a primeira delas a de Escola de Aprendizes Artífices (Decreto n. 7.566, de 23 de setembro de 1909), presente em cada uma das capitais dos Estados da República. Nesse início de funcionamento, eram ofertados os cursos de tornearia, de eletricidade e de mecânica, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas.

No ano de 1937, o ensino no Brasil atravessou uma nova estruturação administrativa e funcional, exatamente quando a escola de Aprendizes e Artífices passou a ser chamada de Liceu Industrial de São Paulo (Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937). Na área educacional, foi criado o Departamento Nacional da Educação que, por sua vez, foi estruturado em oito divisões de ensino: primário, industrial, comercial, doméstico, secundário, superior, extraescolar e educação física.

Novas reformas na educação profissional ocorreram em 1942, época em que se tornou premente a formação de pessoal técnico qualificado. Neste mesmo ano, a partir do Decreto-Lei n. 4.073, foi definida a Lei Orgânica do Ensino Industrial, que fixou as bases de organização e de regime do ensino industrial.

Cabia ao ensino industrial formar profissionais aptos ao exercício de ofício e técnicas nas atividades industriais. Além disso, tinha como finalidade oferecer aos trabalhadores jovens e adultos da indústria, não diplomados ou habilitados, uma qualificação profissional que lhes desse a eficiência e a produtividade; aperfeiçoar ou especializar os conhecimentos e capacidades de trabalhadores diplomados ou habilitados e, por fim, divulgar conhecimentos de atualidades técnicas.

Em 1942, diante das bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial surge a Escola Técnica de São Paulo (Decreto-Lei n. 4.127), com o objetivo de oferecer “os cursos técnicos e os cursos pedagógicos, e bem assim os cursos industriais e os cursos de mestria, de que trata o regulamento do quadro dos cursos de ensino industrial”. Esse decreto, porém, condicionava o início do funcionamento da Escola Técnica de São Paulo à construção de novas instalações próprias, mantendo-a na situação de Escola Industrial de São Paulo enquanto não se concretizassem tais condições. Em 1946, a escola paulista recebeu

autorização para implantar o curso de construção de máquinas e motores e o de pontes e estradas.

Em 20 de agosto de 1965, foi sancionada a Lei n. 4.759, que dispôs sobre a denominação e qualificação das Universidades e Escolas Técnicas Federais, transformando a Escola Técnica de São Paulo em Escola Técnica Federal. Os cursos técnicos de Eletrotécnica, de Eletrônica e Telecomunicações e de Processamento de Dados foram, então, implantados no período de 1965 a 1978, os quais se somaram aos de Edificações e Mecânica, já oferecidos.

Ainda sobre Escola Técnica Federal, a LDB de 1971 trouxe grandes implicações, pois possibilitou a formação de técnicos através de cursos integrados ao ensino médio (técnico e médio), completados em quatro anos e cuja carga horária média era de 4.500 horas/aula (IFSP, 2014).

Em 1994, a Lei n. 8.948, de 08 de dezembro, transformou as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que, com o Decreto nº 5.224, de 01 de outubro de 2004 foi autorizado a “ministrar ensino superior de graduação e de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, visando à formação de profissionais e especialistas na área tecnológica” (Artigo 4º, V).

No ano de 2008, com a Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, foram criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Os Institutos Federais, implantados num total de 38 através desta lei, são definidos em seu Art. 2 como

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas [...].

Atualmente o IFSP possui mais de 40 mil alunos nas 37 unidades distribuídas pelo estado de São Paulo, nas cidades de Araraquara, Avaré, Barretos, Birigui, Boituva, Bragança Paulista, Campinas, Campos do Jordão, Capivari, Caraguatatuba, Catanduva, Cubatão, Guarulhos, Hortolândia, Ilha Solteira, Itapetininga, Itaquaquecetuba, Jacareí, Jundiaí, Matão, Piracicaba, Presidente Epitácio, Registro, Salto, São Carlos, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São Paulo (Pirituba, São Miguel Paulista, São Paulo), São Roque, Sorocaba, Sertãozinho, Suzano, Tupã e Votuporanga.

Comprovando a abrangência de sua atuação, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, antigo CEFET-SP, além de investir fortemente na realização de

pesquisas aplicadas e no desenvolvimento de atividades de extensão, oferece: cursos técnicos, tanto na forma de cursos integrados ao ensino médio (para aqueles que concluíram a educação fundamental), quanto na forma concomitante ou subsequente (para alunos que concluíram a educação fundamental e para aqueles que concluíram o ensino médio ou estejam cursando no mínimo o 2º. ano desse nível de ensino); cursos de graduação (licenciaturas, bacharelados e superiores de tecnologia); cursos de pós-graduação (lato sensu e stricto sensu). Por fim, pensando em proporcionar oportunidades de estudos para aqueles que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou médio na idade regular, o IFSP investe também no Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

## 2.2. Função social objetivos e metas

O IFSP, historicamente, constitui-se como espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante, acompanhando os processos de transformação no mundo do ensino e do trabalho, com a perspectiva de diminuição das desigualdades sociais no Brasil. Neste sentido, busca construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, para a formação integradora e para a produção do conhecimento.

O IFSP tem como objetivo central agregar à formação acadêmica a preparação para o mundo do trabalho, discutindo os princípios das tecnologias a ele relativas. Compreende-se, para isso, que seja preciso derrubar as barreiras entre o ensino técnico e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura, na perspectiva da emancipação humana.

A partir da compreensão da relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, a organização e desenvolvimento curricular, em seus objetivos, conteúdos e métodos, baseia-se na concepção do trabalho como princípio educativo. Com isso, a Educação Profissional deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configuram a vida cidadã e economicamente ativa.

Entre seus aspectos fundadores, os Institutos Federais têm como principais metas: 1) expandir a oferta de educação profissional pública e de qualidade; 2) estar aberto à comunidade por meio da verticalização da oferta de cursos (da modalidade EJA até a pós-graduação e cursos de curta duração) e do acesso facilitado pela ampliação da rede em todas as regiões do país; 3) formar cidadãos para o mundo do trabalho e não somente para o “mercado” de trabalho, por

meio de uma Educação crítica e reflexiva (PACHECO, 2011).

### 2.3. Princípios Norteadores

A lei de criação dos Institutos Federais (Lei nº 11.892/2008) e o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (IFSP, 2009; 2014; 2019) são importantes documentos que fundamentam as ações do Instituto Federal de São Paulo. Neste sentido, com base nestes documentos, destacam-se a seguir algumas concepções e princípios norteadores do IFSP.

O IFSP tem como pressuposto o fato de que o desenvolvimento humano é um processo de construção contínua e que se estende ao longo da vida dos indivíduos e das sociedades de forma indissociável.

Na busca por uma formação profissional, científica e tecnológica, os Institutos Federais, tal como prefigurado em sua lei de criação (Lei nº 11.892/2008) objetiva “construir uma práxis educativa que contribua para a inserção social, a formação integradora e a produção do conhecimento” (Art 2º). Assim, o IFSP, em consonância com seus objetivos e princípios, assume compromisso em sua ação educativa com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador.

Ao compreender o sujeito como um ser sócio-histórico, ou seja, resultado de um conjunto de relações sociais historicamente determinadas, em constante construção e transformação, o IFSP acredita que o desenvolvimento de capacidades, potencialidades, habilidades, competências, valores e atitudes especificamente humanos perpassa diretamente por uma ação educativa (IFSP 2014). Neste sentido, a instituição de ensino tem em si a responsabilidade de levar o estudante ao pleno desenvolvimento enquanto cidadão através do conhecimento construído visando uma formação geral e universal no sentido amplo.

A instituição se identifica e se compromete com um projeto democrático de sociedade que compreende e pratica a educação como um compromisso de transformação, capaz de dar sentido cada vez maior tanto à nossa prática social enquanto instituição, como também a cada sujeito individual, que se encontra envolvido com este processo.

Neste sentido, a educação assume papel cada vez mais imprescindível no processo de desenvolvimento social e também econômico. Compreende-se a educação como processo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

A educação escolar, com isso, é fator importante e indispensável no processo de

transformação dessa realidade social. Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade de o sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

Assim sendo, a proposta pedagógica do IFSP vincula-se à ideia de que o ensino não se limita à transmissão de informações e/ou ao desenvolvimento de capacidades técnicas para um exercício profissional específico, mas, ao contrário, a formação de seus alunos deve contemplar a chamada “cultura geral” - saberes cujo sentido formativo não se confundem necessariamente com uma aplicação imediata – e o engajamento político – por meio do desenvolvimento da consciência crítica dos estudantes.

O vínculo da educação com o contexto social e cultural leva a questionamentos e a revisão de modelos educacionais estabelecidos para atender os anseios e necessidades da sociedade, apresentando desafios acentuados e problematizados. No mundo globalizado e em constantes transformações, o conceito de educação vem sendo revisto e ampliado, assumindo uma perspectiva processual que não se encerra ao final da escolarização, mas se prolonga ao longo da vida do indivíduo para permitir que ele possa responder aos desafios da provisoriedade do conhecimento, num contexto em constante mudança (DELLORS, 1999).

O IFSP reconhece a formação técnica e tecnológica como um dos elementos estruturantes capazes de contribuir para o desenvolvimento humano tanto do ponto de vista individual como coletivo. A proposta educacional dos Institutos Federais está pautada, atualmente, em uma concepção humanista de educação, buscando integrar ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e desenvolver a capacidade de investigação científica para a construção da autonomia intelectual:

O modelo dos Institutos Federais surge como uma autarquia de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica. É uma instituição que articula a educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2010, p. 19)

O objetivo principal passa pela formação profissional técnica e tecnológica de qualidade, e isso só se torna possível na medida que o processo educativo possa contribuir com a construção de cidadãos por meio de novos saberes. Uma vez que os Institutos visam a formação do cidadão para o mundo do trabalho, superando o conceito da mera formação do profissional para o mercado, é preciso esforços para “derrubar as barreiras entre o ensino técnico

e o científico, articulando trabalho, ciência e cultura na perspectiva da emancipação humana”. (BRASIL, 2010, p. 10).

Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004; FRIGOTTO, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, ao propiciar também a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa. Assim, insere-se no contexto a educação profissional, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva, focando-se o trabalho como primeiro fundamento da educação como prática social.

Deste modo, a educação profissional e tecnológica trata-se de uma política pública, por seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. O objetivo da formação profissional não é formar um profissional para o mercado de trabalho, mas sim um cidadão para o mundo do trabalho. “Assim, a educação exercida no IFSP não estará restrita a uma formação estritamente profissional, mas contribuirá para a iniciação à ciência e a promoção de instrumentos que levem à reflexão sobre o mundo e as tecnologias” (IFSP, 2009, p. 41).

Neste sentido, a escola, como instituição educativa da sociedade, é o espaço privilegiado da educação formal, lugar de cultura e do saber científico, que possibilita a apropriação dos instrumentos teóricos e práticos para análise e compreensão da realidade, do mundo em que vivemos, a fim de que haja uma interação consciente das pessoas consigo mesmas, delas entre si, delas com o conhecimento, com o meio ambiente e com outros produtos da cultura, ampliando, dessa forma, sua visão de mundo.

É como uma instituição educativa muito maior que uma “escola”, que se situa o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na perspectiva da educação profissional e tecnológica. Por sua excelência e seus vínculos com a sociedade produtiva, esta instituição pode protagonizar um projeto inovador e progressista, comprometido com a democracia e a justiça social, ao buscar a construção de novos sujeitos históricos, aptos a se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o. Tais diretrizes reafirmam o compromisso dos IFs com a formação humanística de docentes e discentes, que precede a qualificação para o trabalho e enxerga a educação profissional e tecnológica baseada na integração entre ciência,



tecnologia e cultura.

No contexto da educação profissional, a concepção de conhecimento articula as ciências naturais, exatas, humanas e tecnológicas com o mundo do trabalho, partindo da premissa da construção desse conhecimento baseado nos seguintes eixos: trabalho, ciência, tecnologia e cultura.

Os Institutos Federais, em sua concepção, amalgamam trabalho-ciência-tecnologia-cultura na busca de soluções para os problemas de seu tempo, aspectos que necessariamente devem estar em movimento e articulados ao dinamismo histórico da sociedade em seu processo de desenvolvimento (BRASIL, 2010, p. 34).

A ciência envolve conceitos e métodos que, ao mesmo tempo em que são estabilizados e transmitidos de geração em geração, podem e devem ser questionados e superados historicamente, no movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Esses conhecimentos, produzidos e legitimados socialmente ao longo da história, são resultado de um processo empreendido pela humanidade na busca da compreensão e da transformação dos fenômenos naturais e sociais, no movimento do ser humano como produtor de sua realidade que, por isso, precisa apropriar-se dela para poder transformá-la.

A transformação da Ciência foi correlata com uma transformação no conhecimento técnico. Esse conhecimento passou a ter outro caráter. Deixou de ser um conhecimento sem nexos e sem formalização. Pode-se creditar a esse momento o surgimento de um novo conhecimento, o conhecimento tecnológico, que significa um conhecimento produtivo articulado e consciente. Esse novo saber que constitui a Tecnologia não é um saber sem significado e conexões.

A Tecnologia surge como um aprofundamento de um processo de racionalização da civilização que repercute na técnica. Essa racionalização pode ser entendida como identificação das causas dos fenômenos e, nesse sentido, constitui uma efetiva cientificação da Técnica. Assim, ao buscar-se a transformação da ciência em força produtiva, marca-se a noção de tecnologia, que se caracteriza como uma extensão das capacidades humanas, ao visar a satisfação das necessidades, mediando o conhecimento científico e a produção. É possível compreender o processo histórico de transformação da ciência em atividade produtiva por meio do desenvolvimento tecnológico.

A Tecnologia tem dinâmica própria e, embora interagindo com a Ciência, ela

busca conhecimentos específicos. A Tecnologia é estilo de trabalho, de pesquisa, que incorpora metodologias e conceitos da pesquisa científica, porém também é um campo do conhecimento cuja aplicação passa por outros critérios como eficácia e viabilidade técnico-econômica e social (IFSP, 2014, p. 147).

Considerando esta visão de escola articulada com o trabalho e com a formação integrada do estudante temos a construção do conhecimento como algo dinâmico e significativo e não fragmentado e descontextualizado. Nesse sentido o IFSP em seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI), afirma que o fazer pedagógico deve trabalhar

[...] na superação da separação ciência/tecnologia e teoria/prática [...], tentando estabelecer o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao trabalho” (IFSP, 2014, p.157).

O conhecimento para o mundo do trabalho vai além da técnica e da produção, envolvendo relações sociais, culturais e científicas. A Educação nesse viés estaria ligada a um movimento constante, em que o conhecimento produzido historicamente retorna à sociedade por meio do indivíduo que articula esse conhecimento com a realidade, transformando-o (BRASIL, 2010).

Diante disso, a concepção de conhecimento está articulada ao conceito de processo educativo como dialógico integrando trabalho, ciência e cultura. No contexto da educação profissional o trabalho é o primeiro foco da educação enquanto prática social, que juntamente com a ciência e a cultura contribui para uma formação integrada do estudante. Nessa vertente o conhecimento ocorre em uma prática interativa com a realidade, que além de propiciar sua transmissão de geração em geração, o questiona, visando sua superação historicamente em um movimento permanente de construção de novos conhecimentos. Podemos afirmar então que o conhecimento não é algo estático, pelo contrário, trata-se de um processo de construção e reconstrução contínuo voltado à formação plena do educando (IFSP, 2014).

Partindo do princípio da autonomia e a gestão democrática que fazem parte da própria natureza do ato pedagógico, identifica-se a importância e a necessidade de se estabelecer relações democráticas que criem um ambiente institucional propício ao diálogo e à participação dos envolvidos. Dessa forma, as práticas educativas devem levar em conta os diversos públicos presentes numa instituição em função das diferenças de gênero, de classe social, de etnia e de religiosidade. Para tanto, o desafio cotidiano para a prática pedagógica docente é o

desenvolvimento de ensino de qualidade junto à ampla gama de públicos que procuram por profissionalização e inserção do mercado de trabalho, mas sem perder de vista a formação integrada – para o mundo do trabalho.

Uma formação integrada, além de possibilitar o acesso a conhecimentos, promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais, sobre as referências e tendências estéticas que se manifestam em tempos e espaços históricos, e incorpora os valores ético-políticos.

Integrando, com isso, a ciência e a cultura, a formação profissional deve objetivar a formação plena do educando, possibilitando construções intelectuais mais elevadas, apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Assim, contribui-se para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e dessa forma atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade, ao mesmo tempo em que cuida da preservação.

No processo de ensino, entendemos que é importante priorizar uma metodologia que permita a inserção do educando como agente de sua aprendizagem, ou seja, a participação efetiva do estudante na construção de seu conhecimento. Uma das possibilidades metodológicas é trazer, para a sala de aula, os problemas do mundo atual e/ou situações-problema que simulem a realidade, a fim de que os alunos possam sugerir propostas de resolução ou de possíveis encaminhamentos, promovendo-se o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.

O currículo deve contribuir para a construção do pensamento crítico e para a formação integral do indivíduo, tendo como alicerce as questões éticas, respeitando a diversidade cultural e regional e proporcionando uma formação para a cidadania. Além disso, buscando garantir a formação plena do educando, o currículo deve propiciar situações para construções intelectuais elevadas e a apropriação de conceitos, habilidades e atitudes necessários para a intervenção consciente na realidade.

Nesse sentido, o IFSP adota como princípio de organização dos componentes curriculares a verticalização. Esta implica o reconhecimento de fluxos que permitam a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica: qualificação profissional, técnico, graduação e pós-graduação tecnológica.

Vale destacar que, a proposta curricular que integra o ensino médio à formação técnica supera o conceito de escola dual e fragmentada, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos científicos, tecnológicos, sociais e humanísticos e conhecimentos e habilidades relacionadas ao

trabalho. Em consonância com esse entendimento, o currículo se torna um poderoso instrumento de mediação para atingir o conhecimento científico, o desenvolvimento do raciocínio lógico, construtivo e criativo, para que se estabeleça uma consciência crítica e reflexiva no indivíduo ao ponto de transformar atitudes e convicções, levando este a participar de forma efetiva e responsável da vida social, política, cultural e econômica de seu País.

#### 2.4. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

A Constituição de 1988 se apresentou como a superação institucional do regime autoritário instaurado nos anos 60. Nela, dentre os diversos dispositivos que incorporam avanços na direção da maior democratização da sociedade brasileira e na tentativa da construção efetiva da cidadania, houve a afirmação da autonomia e do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como norteadores das ações desenvolvidas no âmbito das universidades (art. 207).

Na sequência deste esforço legislativo, deu-se a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20/12/1996), em que apareceu reiterado o princípio da autonomia e foram desdobrados os seus reflexos nas várias dimensões da vida acadêmica.

Em 2008, a autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia foi afirmada por meio da Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (art. 1o da Lei n 11.892, 29/12/2008), que também os caracterizou como Instituições de pesquisa tecnológica e de extensão (art. 6, incisos VII e VIII). Portanto, o mesmo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão estabelecido pelo parágrafo 2o do art. 207 da Constituição Federal também se tornou norteador das ações desenvolvidas no âmbito destas Instituições.

Sob o princípio constitucional da indissociabilidade, temos o desafio de delinear algumas noções sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando a nortear a prática acadêmica no interior do IFSP.

O Ensino, compreendido como o processo educativo de formação e interação social que se realiza em um tempo histórico determinado e com características ideológicas específicas, permitindo a construção de conhecimentos, habilidades e valores para o desenvolvimento humano integral e pleno, e para a participação na sociedade.

Além da instrução e da orientação do sujeito para a apropriação do conhecimento, a

educação também tem um sentido de dentro para fora, que significa a possibilidade do sujeito revelar suas potencialidades e educar-se.

A educação, como parte de um todo que forma a sociedade, sofre as influências do acentuado avanço científico e tecnológico e das mudanças advindas desse processo, o que encaminha princípios e a estruturação de novos modelos.

A Pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento (ANDEREGG, 1978, apud MARCONI; LAKATOS, 2003). A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais sendo, portanto, uma atividade intelectual relacionada diretamente com a aprendizagem e com o estímulo à criticidade e à criatividade.

A Extensão, por sua vez, é um processo educativo, interdisciplinar, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Escola e outros setores da Sociedade (FORPROEX, 2012). Esse processo educativo transformador somente se efetiva no momento em que a Extensão se configura como um espaço de produção de conhecimento a partir da troca de saberes e de experiências estabelecida na relação entre a comunidade interna e externa. Ou seja, sendo vital o diálogo entre sociedade e instituição educacional, torna-se possível a esta identificar, e refletir sobre os anseios e problemas colocados pela sociedade, bem como estabelecer estratégias e soluções condizentes às demandas sociais e consoantes à capacidade científica e tecnológica do IFSP. Portanto, a Extensão pressupõe o contato entre a comunidade interna de determinada instituição e sua comunidade externa, mediada pelo conhecimento e pela reflexão crítica.

A compreensão de extensão se baseia na noção segundo a qual toda instituição educacional é social e, como tal, deve assumir o compromisso de formar e qualificar as pessoas para atuarem de forma responsável e de serem protagonistas da promoção e da garantia dos valores democráticos e cidadãos. O pressuposto, portanto, se assenta na noção de que todo o trabalho realizado nas instituições de ensino, assim como a produção de conhecimento gerado por elas é um bem social, e que ele deve ser apropriado pela sociedade em benefício de seus interesses e pela transformação social.

Na prática, significa dizer que a pesquisa, a extensão e o ensino devem se converter num processo educativo capaz de formar, qualificar e emancipar os sujeitos, e que a produção de conhecimento científico tenha como finalidade reduzir as desigualdades sociais e aprimorar as

condições de vida das pessoas, material, social e culturalmente. Nesse sentido, a Extensão potencializa o diálogo, a produção de novas relações e de novos saberes, a reflexão sobre as práticas educativas e as ações institucionais adotadas, bem como possibilita construir conhecimentos sobre novas bases metodológicas; além de favorecer o contato ampliado de pessoas da comunidade externa com o conhecimento produzido no interior da instituição.

Tendo em vista que as Instituições de ensino, pesquisa e extensão são os locais onde acontecem experimentos pedagógicos e epistemológicos, torna-se necessário rever a linearidade e a hierarquização na proposição das estruturas curriculares, reconhecendo a existência dos vários processos de aquisição/produção do conhecimento. Na sequência, deve-se permitir aos estudantes utilizá-los de acordo com suas potencialidades, levando em conta a suas experiências de vida e os conhecimentos previamente adquiridos (ForGRAD, 2000), o que significa valorizar a “bagagem individual” visando incitar a aprendizagem. Neste sentido, é necessário estimular um trabalho de criação coletiva, introduzindo a participação em projetos envolvidos com diferentes áreas, preferivelmente integrados, onde o professor e os estudantes se incluam como autores, desenvolvendo a capacidade de negociar, de argumentar, de articular, de criar e de se solidarizar, aproximando, assim, os processos educativos da realidade a qual o estudante estará submetido fora da Instituição. Para isso, tempos e espaços diferentes serão necessários (DOS REIS, 2013).

Os Institutos Federais, guiando seu Projeto Político Pedagógico com o intuito de priorizar um conjunto de atividades interdisciplinares intencionalmente desenvolvidas para o processo formativo, onde se permita ensinar a pensar e a aprender, as quais devem ser mediadas tanto pelo professor quanto pelos estudantes, darão um passo importante rumo à democratização do ensino. Essa perspectiva requer que o Projeto Pedagógico seja construído a partir deste novo paradigma: ensinar a pensar e a aprender. Sabe-se, contudo, que isso não acontecerá espontaneamente já que a alteração das práticas pedagógicas, partindo-se da concepção do estudante como ele próprio mediador da sua cognição (FREIRE, 2011), irá requerer esforço coordenado para que não fique apenas no papel (DOS REIS, 2013).

Em suma, o ensino, a pesquisa e a extensão, quando indissociados e bem articulados, deverão conduzir à mudança significativa nos processos de ensino e aprendizagem, permitindo a formação para a atividade profissional e para a cidadania.

### **3. O Câmpus Itaquaquetuba**

#### **3.1. História do Município**

A história do município de Itaquaquecetuba remonta às vilas fundadas pelo padre jesuíta José de Anchieta no século XVI. Mantendo-se um pequeno aldeamento entre os séculos XVI e XIX, Itaquaquecetuba ganha vulto a partir de 1925, devido à instalação da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). A vila de Itaquaquecetuba conquista sua autonomia e torna-se um município em 1953, deixando de ser parte do município de Mogi das Cruzes. Desde então, pela proximidade do rio Tietê e da linha férrea, tem início a instalação de indústrias na região, formando o que se conhece atualmente como um dos mais significativos pólos industriais do estado de São Paulo.

### 3.2. Caracterização do Município

A cidade de Itaquaquecetuba está a 42,6 km de distância da capital do estado de São Paulo, na região do Alto Tietê. É acessível por rodovias como a SP-66, SP-56, SP-88 e a Rodovia Ayrton Senna, que liga o município a Mogi das Cruzes, Poá, Suzano, Ferraz de Vasconcelos e Arujá, fazendo também divisa com outros grandes centros urbanos, como a capital estadual de São Paulo e o município de Guarulhos. Além disso, o município de Itaquaquecetuba é servido pela Companhia de Trens Metropolitanos (CPTM), contando com três estações: Aracaré, Manoel Feio e Itaquaquecetuba – esta última localizada próxima ao campus. O município tem uma área de aproximadamente 82 km<sup>2</sup> e população estimada em 352.801 habitantes, resultando numa densidade demográfica de 3.895,24 hab/km<sup>2</sup> (dados: IBGE). O índice de desenvolvimento (IDH) de Itaquaquecetuba é de 0,714 (alto), segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Apesar disso, de acordo com o Mapa da Pobreza e Desigualdade 2003 do IBGE, Itaquaquecetuba tem a maior incidência de pobreza da região do Alto Tietê (65,20%), sendo o quarto município mais pobre do Estado de São Paulo. Ainda que tenha um conjunto significativo de empresas instaladas, o município de Itaquaquecetuba tem entre seus principais problemas as moradias irregulares e a baixa escolaridade.

Tabela 1: Dados do município de Itaquaquecetuba

<b>Dados</b>	<b>Valores</b>
Área do município	82,622 km <sup>2</sup>
População no último censo (2010)	321.770 pessoas
Densidade demográfica (2010)	3.895,24 hab/km <sup>2</sup>
População estimada para 2020	375.011 pessoas
Grau de urbanização de vias públicas (2010)	31,1%
Salário médio mensal dos trabalhadores formais (2018)	2,6 salários mínimos
População ocupada (2018)	12,6%
Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade (2010)	96,4%
IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)	0,714
IDEB - Anos finais do ensino fundamental (2017)	5,3 *

Fonte: IBGE

Destaca-se, nesta tabela, o baixo índice de desenvolvimento da educação básica do município. Segundo o IBGE, dentre os 645 municípios do estado de São Paulo, Itaquaquecetuba ocupa a 598<sup>a</sup> posição. Ainda no que se refere à Educação, o município apresenta os seguintes dados (fonte: IBGE. Dados de 2015):



Tabela 2: Dados da Educação do município de Itaquaquecetuba

Ensino	Equipamentos	Matrículas	Docentes
Fundamental Escolas - Ensino	92 escolas	50.673	2.115
Escolas - Ensino Médio	48 escolas	18.107	1.075
Escolas - Ensino pré-escolar	55 escolas	8.764	347

Fonte: IBGE(2015)

Neste cenário, vemos que o número de escolas e docentes disponíveis para atender o município tem sido insuficiente para atender à sua população. Os dados do Censo de 2010 do IBGE apontam grande defasagem de oferta de ensino médio (cerca de 18 mil matrículas, com uma população de 31.135 pessoas entre 15 e 19 anos) em relação ao ensino fundamental (cerca de 50 mil matrículas, com uma população de 60.184 pessoas entre 0 e 14 anos), considerando-se apenas as pessoas em idade convencional de realização dessas etapas de ensino.

Observa-se que o número de jovens com Ensino Médio Completo no município está em torno de 40,74%, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil.

Figura 1: Índice de Desenvolvimento Humano - Educação - Itaquaquecetuba

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Itaquaquecetuba - SP

IDHM e componentes	1991	2000	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,211	0,446	0,648
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	19,87	34,27	54,16
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	19,76	53,44	89,60
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	42,68	77,58	88,79
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	17,85	46,69	64,07
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	6,69	25,43	40,74
<b>IDHM Longevidade</b>	0,670	0,740	0,844
Esperança de vida ao nascer (em anos)	65,20	69,37	75,66
<b>IDHM Renda</b>	0,616	0,630	0,665
Renda per capita (em R\$)	369,11	402,83	502,85

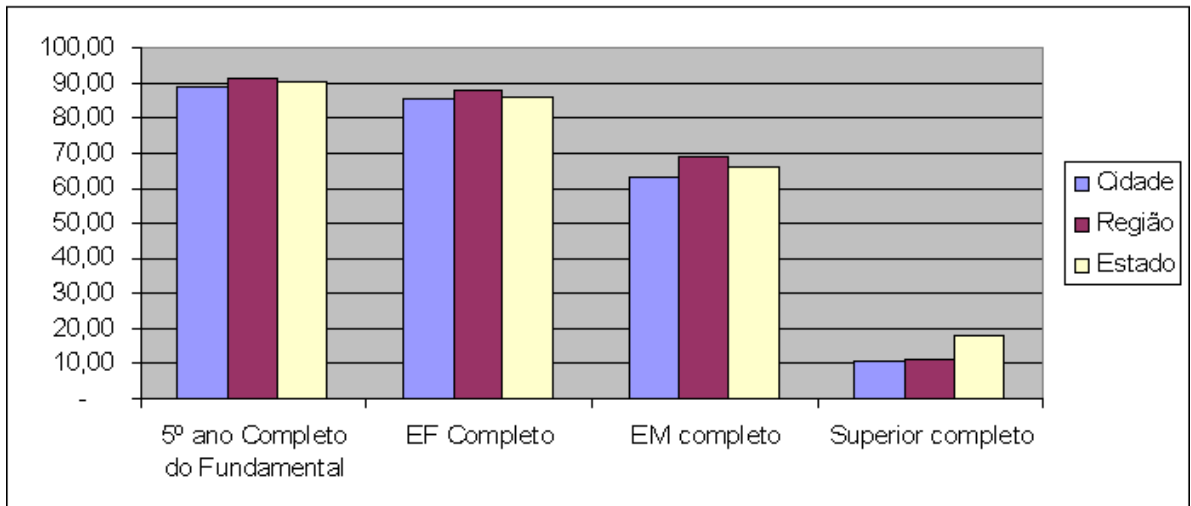
Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

Dessa forma, é possível afirmar que os índices de escolarização da população de Itaquaquecetuba em relação às demais cidades da região e ao Estado de São Paulo são inferiores, o que é mais acentuado no Ensino Médio:

Figura 2: Escolaridade dos trabalhadores - Município de Itaquaquecetuba

## Escolaridade dos trabalhadores



No que se refere ao Ensino Profissionalizante da rede pública, o município de Itaquaquecetuba conta com uma FATEC (que oferece cursos na área de Gestão Comercial, Gestão de Tecnologia de Informação, Secretariado e Gestão Empresarial) e uma ETEC (que oferece cursos de Administração, Informática e Segurança do Trabalho, tanto nas modalidades concomitante/subsequente, como integrado ao médio).

Na microrregião de Mogi das Cruzes, para além da oferta de Itaquaquecetuba já mencionada, encontra-se o seguinte panorama de oferta de cursos profissionalizantes pelas FATECs, ETECs e SENAI:

Tabela 3: Panorama de oferta de cursos profissionalizantes pelas FATECs, ETECs e SENAI na microrregião de Mogi das Cruzes

<p><b>ETEC DE FERRAZ DE VASCONCELOS</b></p> <p>Técnico em Administração Técnico em Informática Técnico em Logística Técnico em Segurança do Trabalho</p>	<p><b>ETEC DE POÁ</b></p> <p>Técnico em Administração Técnico em Informática Técnico em Informática para Internet</p>	<p><b>ESCOLA SENAI "NAMI JAFET" - Mogi das Cruzes</b></p> <p>Eletrônica Mecânica</p>
<p><b>ETEC SUZANO</b></p> <p>Administração Contabilidade Meio Ambiente Secretariado Química Enfermagem</p>	<p><b>ETEC PRESIDENTE VARGAS – Mogi das Cruzes</b></p> <p>Administração Automação Industrial Edificações Eletrônica Eletrotécnica Mecânica Nutrição e Dietética Secretariado Segurança do Trabalho Comércio Eventos Guia de turismo</p>	<p><b>FATEC MOGI DAS CRUZES</b></p> <p>Tecnologia em Recursos Humanos Tecnologia em Agronegócio Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas</p>

A região conta também com outras unidades do IFSP: Câmpus Avançado São Miguel Paulista e Câmpus Suzano.

Tabela 4: Outras unidades do IFSP na região

<b>Câmpus Avançado São Miguel</b>	<b>Câmpus Suzano</b>
<b>Paulista</b>	
Técnico em Produção de Áudio e Vídeo Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Administração (integrado ao ensino médio e concomitante/subsequente)
Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Automação Industrial (integrado ao ensino médio e concomitante/subsequente)
Técnico em Comunicação Visual Integrado ao Ensino Médio - Modalidade PROEJA	Técnico Integrado em Química Tecnológico em Logística Tecnológico em Mecatrônica Licenciatura em Química Bacharelado em Química Industrial Engenharia de Controle e Automação Pós-Graduação em Logística e Operações













No que se refere ao mercado de trabalho, segundo dados do ano de 2010 do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, a PEA (População Economicamente Ativa) do município está distribuída, de acordo com os setores da economia, da seguinte forma:

- 0,70% no setor agropecuário.
- 0,10% na indústria extrativa.
- 21,72% na indústria de transformação.
- 9,91% no setor de construção.
- 1,22% nos setores de utilidade pública.
- 15,08% no comércio.
- 38,98% no setor de serviços.

O Censo de 2010 do IBGE aponta que o município de Itaquaquecetuba tem 4.712

empresas atuantes, que ocupam cerca de 44.782 trabalhadores assalariados, com média salarial de 2,6 salários mínimos.

Figura 3: Estatísticas do Cadastro Central de Empresas Itaquaquecetuba

Número de empresas atuantes	4.712 Unidades		
Número de unidades locais	4.835 Unidades		
Pessoal ocupado assalariado	44.782 Pessoas		
Pessoal ocupado total	50.303 Pessoas		
Salário médio mensal	2,5 Salários mínimos		
Salários e outras remunerações	1.084.685 Mil Reais		

Fonte: IBGE, Cadastro Central de Empresas 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. NOTA 1: Atribui-se zeros aos valores dos municípios onde não há ocorrência da variável ou onde, por arredondamento, os totais não atingem a unidade de medida. NOTA 2: Os dados com menos de 3(três) informantes estão desidentificados, apresentando a expressão **Não disponível**, a fim de evitar a individualização da informação.

Fonte: IBGE

Desse total de empresas no município de Itaquaquecetuba, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio estima que 800 sejam do setor industrial, dividido em três polos industriais. Segundo dados do IBGE e DATASUS de 2012, o PIB (Produto Interno Bruto) do município é de R\$ 3.892.597.000; o setor industrial corresponde a 28,99% do PIB municipal, acima da média nacional, 22,07% do PIB.

Entre as indústrias localizadas no município, podemos mencionar:

- Marfinite
- Siva Cabos de Aço
- Embalagens Tocantins
- Isotref Tubos e Aço
- Vepam Eletrotécnica
- Lapiendrius
- Hidralf Cilindros Hidráulicos e Cilindros Pneumáticos

Esses dados apontam a grande relevância do setor industrial na empregabilidade da população de Itaquaquecetuba, dando a medida da necessidade da implantação de cursos técnicos profissionalizantes no eixo tecnológico de Controle e Processos Industriais.

### 3.3. Histórico do câmpus

#### *O IFSP antes de chegar em Itaquaquecetuba*

O IFSP, como vimos, foi criado com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Científica. Naquele momento, a criação dessa rede tinha como meta ampliar a oferta de cursos públicos, gratuitos e de qualidade para além das capitais, de modo a estender o alcance do ensino, da pesquisa e da extensão. Esse novo modelo resgatou o compromisso de socialização do conhecimento científico e tecnológico, disponibilizando todo seu aparato cultural e tecnológico à sociedade. O IFSP foi concebido para atuar no desenvolvimento da educação, da cultura, do empreendedorismo e do cooperativismo e para apoiar fortemente o desenvolvimento regional, contribuindo assim com o próprio desenvolvimento nacional, com forte atenção às novas tendências do mundo produtivo e aos arranjos locais e nacionais, desenvolvendo pesquisa em novos processos e produtos e na formação de novos educadores, envolvendo sua comunidade interna e atraindo a comunidade externa para somar forças nessa grande tarefa de promover o desenvolvimento humano na sua plenitude.

O IFSP, assim como toda a rede, passou a atuar na formação de jovens e adultos trabalhadores na perspectiva de uma educação inclusiva, que tenta resgatar o direito ao conhecimento e à formação profissional de cidadãos, principalmente daqueles historicamente marginalizados, a quem sempre foi negado o direito de participação e intervenção consciente nos grandes temas que norteiam a vida de uma sociedade, temas estes comprometidos com o desenvolvimento sustentável, amparado nos princípios da ética e da cidadania.

O IFSP passou a ter autonomia, nos limites de sua área de atuação territorial, para criar e extinguir cursos, bem como para registrar diplomas dos cursos por ele oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, que é o mais alto órgão deliberativo da instituição. O IFSP passou, ainda, a exercer papel de instituição acreditadora e certificadora de competências profissionais, sendo organizado em estrutura com vários *campi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada *câmpus* e para a reitoria, equiparando-se com as universidades federais.

### *Expansão do IFSP para Itaquaquecetuba*

Em seu processo de expansão, diversos *campi* foram inaugurados. O relatório do Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI – anteriormente vigente (2009-13) esclareceu as características da produção econômica atual no Estado de São Paulo, baseada em dois movimentos concomitantes: a desconcentração do processo produtivo e a concentração do capital na megalópole do eixo Rio de Janeiro – São Paulo. Esses dois fenômenos, do ponto de vista da distribuição espacial da riqueza e de suas implicações demográficas, econômicas e sociais, determinavam aquela fase de expansão da rede composta pelos *campi* do IFSP.

Tratava-se, então, de levar aos antigos e novos centros regionais do Estado uma oferta de vagas de ensino técnico, tecnológico e de licenciaturas às regiões nas quais as empresas tendem a investir em novas unidades produtivas, dentro do processo de desconcentração espacial da produção. Simultaneamente, amplia-se a oferta de vagas na capital paulista e seu entorno (região metropolitana), para garantir o atendimento das novas demandas de mão de obra geradas pelas empresas de alta tecnologia e do setor de serviços concentradas no vértice paulistano da megalópole do Sudeste do Brasil.

Na Região Metropolitana da Grande São Paulo, onde o capital tende a se concentrar ainda mais por conta do papel da metrópole paulistana como cidade mundial (a capital paulista é a 14ª cidade mais globalizada do planeta, recebendo a classificação de cidade global alfa, por parte do Globalization and World Cities Study Group & Network – GaWC), os *campi* e futuras UEPs devem estar alinhados, na oferta de vagas, com as novas demandas das cadeias produtivas de alta tecnologia e de serviços qualificados, que tendem cada vez mais a se expandirem na região.

No processo de instalação de novos *campi*, ocorrem audiências públicas, que são momentos para amplo debate democrático com a sociedade com o objetivo de que a comunidade conheça a estrutura do IFSP e opine sobre os possíveis cursos que poderão ser implantados no câmpus. Foram realizadas três audiências públicas no ano de 2016, no auditório da Secretaria Municipal de Educação de Itaquaquecetuba nos dias 13 de maio, 03 e 25 de junho com a participação de representantes do IFSP, poder executivo, legislativo do município e comunidade local.

Com o convênio firmado pela prefeitura, o corpo docente pôde oferecer à comunidade de Itaquaquecetuba cursos de extensão na modalidade “formação continuada”, que vieram a ser ministrados em escolas e outros espaços do município. Foram cedidas também salas da Secretaria de Governo do município para servirem de base para essas atividades. Lá foram

prestadas informações, realizadas inscrições e feitas reuniões para o desenvolvimento da instituição no período de conclusão das obras.

#### 3.4. História dos cursos ofertados pelo câmpus Itaquaquetuba

Apresentamos brevemente o histórico da implementação dos cursos no câmpus. As informações sobre a estrutura dos cursos será apresentada no item “Os cursos que oferecemos”.

##### *O curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio*

Em 2016, foi aprovada a proposta pedagógica do curso, pelo Conselho Técnico Profissional e pela Pró-Reitoria de Ensino (PRE) o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para o Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio. A unidade participou do processo seletivo unificado, que ocorreu em dezembro de 2016. Foram ofertadas 80 vagas, de acordo com o PPC. Como havia a necessidade de finalizar a obra do câmpus, as atividades pedagógicas ocorreram na Escola Estadual Professora Zilda Braconi Amador, prédio emprestado pela Secretaria da Educação local.

As aulas ministradas no espaço provisório da E. E. Zilda Braconi Amador ocorreram até o dia 12 de maio daquele ano. A partir de então, o câmpus foi entregue pela construtora e as aulas passaram a ser realizadas na unidade.

Em 2019 formou-se a primeira turma do curso. A segunda turma deveria formar-se no final de 2020, mas o calendário foi alterado em decorrência da pandemia da Covid-19 e a previsão de formatura ficou para março de 2021.

##### *O curso Técnico em Mecânica na modalidade concomitante/ subsequente ao Ensino Médio*

A primeira turma, de 40 estudantes, ingressou no início de 2018 e no segundo semestre de 2018 tivemos o ingresso da segunda turma e no primeiro semestre de 2019 o ingresso da terceira turma. Em 2020 houve ingresso regular de 40 estudantes no primeiro semestre e no segundo, devido à situação de pandemia, foram ofertadas apenas 20 vagas, para início em atividades remotas. A primeira turma se formou no fim de 2019.



## *A Licenciatura em Matemática*

Em 2016, foi criada no câmpus uma comissão entre o corpo docente com o objetivo de fazer o estudo de viabilidade da abertura de uma licenciatura em ciências da natureza (Biologia, Física, Química). Após alguns meses de estudos, os dados levantados apontaram que o município tinha necessidade de formação de docentes de Matemática. A partir de então, a comissão se converteu no Núcleo Docente Estruturante (NDE) da Licenciatura em Matemática, que ao longo de 2017 produziu um PPC e o teve aprovado.

Em 2018, tivemos o ingresso dos primeiros estudantes da Licenciatura, através do Sistema de Seleção Unificado (SiSU). A procura inicial foi animadora: mais de 600 inscritos em todo o Brasil. Nem todas as inscrições reverteram em matrícula, e foi aberto um edital para preenchimento de vagas remanescentes até que se completassem 40 matriculados.

Em 2019 e 2020, houve novamente ingresso de estudantes pelo SiSU e mediante abertura de edital de preenchimento de vagas remanescentes.

A Licenciatura em Matemática é ofertada em período noturno, de modo que os estudantes compartilham o câmpus com os estudantes do curso “concomitante” Técnico em Mecânica.

Além da biblioteca, o curso tem demanda de um laboratório de ensino de matemática. Esse espaço foi garantido, numa sala onde originalmente seria instalado um laboratório de informática (dos 4 previstos inicialmente, 2 estão prontos e em funcionamento). O laboratório foi nomeado, em concurso, como Laboratório de Matemática Maria Laura Mozinho Leite Lopes.

### 3.5. Infraestrutura física e instalações acadêmicas

O Câmpus Itaquaquetuba está localizado Rua Primeiro de Maio, 500, bairro Estação - Itaquaquetuba/São Paulo, CEP 08571-050.

Possui as seguintes dimensões: área total: 26.352,00 m<sup>2</sup>, área construída 4.989,55 m<sup>2</sup>. A unidade conta, no presente momento (fevereiro de 2021), com 4 blocos construídos. São eles: Bloco Laranja, Bloco Verde, Bloco Amarelo e Bloco Vermelho.

#### **Bloco Laranja**

Espaço ocupado principalmente por servidores do câmpus. Conta com:

- **Sala de professores:** espaço equipado com armários individuais e coletivos, três computadores e uma impressora para uso comum, sofás e mesa de reunião para 8 pessoas. Conta com um mural de avisos.
- **Sala de materiais:** espaço onde são guardados livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) enquanto não são entregues aos estudantes, além de material de uso do componente Educação Física.
- **Sala de atendimento:** espaço equipado com 2 mesas para que os docentes possam fazer atendimento aos discentes em horário pré-estabelecido.
- **Coordenadoria Sociopedagógica:** espaço que conta com duas pedagogas, 2 técnicos em assuntos educacionais e um psicólogo.
- **Coordenadoria de Registros Acadêmicos:** espaço para atendimento ao público interno e externo da instituição e onde estão armazenados documentos de interesse dos estudantes.
- **Diretoria Adjunta de Administração e Coordenadoria de Almoarifado, Manutenção e Patrimônio:** espaço compartilhado do Diretor Adjunto de Administração com o Almoarifado do câmpus, onde ficam armazenados bens consumíveis como papéis, toners de impressora, material de escritório, etc.
- **Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação e Coordenadoria de Extensão:** espaço compartilhado por essas duas coordenadorias, com mesas, computador e armário para guarda de documentos.
- **Sala das coordenações de curso:** espaço compartilhado pelos coordenadores dos cursos de Mecânica e da licenciatura em Matemática, abriga também os técnicos de laboratório dos cursos de Mecânica.
- **Sala de impressão:** espaço com um computador conectado a uma impressora de texto e a uma impressora 3D, para uso dos docentes e discentes acompanhados. Além disso, conta também com um computador com o relógio de ponto dos servidores.
- **Coordenadoria de Tecnologia da Informação:** espaço em que os técnicos de informática da unidade gerem a rede interna do câmpus e o acesso à internet, além de realizarem alguns reparos em equipamentos com necessidade.
- **Coordenadoria de Contabilidade e Finanças:** espaço ocupado por dois servidores da área administrativa.
- **Coordenadoria de Licitações e Contratos:** espaço ocupado por dois servidores da área administrativa.

- **Diretoria Geral:** espaço ocupado pelo diretor geral e pelo Coordenador de Apoio à Direção. Abriga também documentos emitidos pela direção geral, como portarias, comunicados, resoluções, etc.

- **Diretoria Adjunta Educacional:** espaço ocupado pelo Diretor Adjunto Educacional.

- **Coordenadoria de Gestão de Pessoas:** espaço ocupado por servidores que zelam pela vida funcional dos servidores. Conta ainda com uma sala de reuniões para 12 pessoas.

- **Saguão:** conta com 2 murais de avisos.

- **Sanitários.**

### **Bloco Verde**

Espaço ocupado principalmente por estudantes do câmpus. Conta com:

- **12 salas de aula,** sendo 4 delas adaptadas provisoriamente como laboratórios e oficinas de mecânica. As salas de aula contam com mobiliário para 40 estudantes, mesas para docentes, lousa verde ou branca, computador, projetor de vídeo, telão para projeção e caixas de som.

- **NAPNE:** espaço para o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais.

- **Coordenadoria de Apoio ao Ensino:** espaço para atendimento dos estudantes em suas necessidades mais imediatas de questões acadêmicas. Conta com técnicos de laboratório, assistente de aluno e nutricionista.

- **Almoxarifado:** espaço provisoriamente ocupado para o armazenamento de bens utilizados durante as obras em andamento no câmpus.

- **Saguão e corredores:** contam com 3 murais de avisos.

- **Sanitários.**

### **Bloco Amarelo**

Espaço ocupado igualmente por estudantes e servidores do câmpus. Conta com:

- **Dispensa:** espaço onde fica armazenada a refeição seca a que fazem jus os estudantes de cursos de nível médio. Conta com um refrigerador.

- **Copa:** espaço em que os servidores podem fazer suas refeições. Conta com geladeira, microondas, mesas, armário, talheres, pratos, cafeteira, pia. Os eletrodomésticos

foram doados à instituição.

- **Grêmio e Centro Acadêmico:** originalmente uma segunda copa da unidade, esse espaço foi cedido aos estudantes para que instalassem suas entidades de representação.
- **Lavanderia.**
- **Almoxarifado:** espaço ocupado pelas servidoras terceirizadas da limpeza do câmpus.
- **Biblioteca:** espaço com um tamanho correspondente a aproximadamente 2 salas de aula, atualmente já atingiu sua capacidade de armazenamento de material de consulta e empréstimo. Conta com arquivo móvel e prateleiras com os livros, além de computadores para consulta do acervo e acesso à internet e mesas de estudo (individuais e coletivas). Em concurso, a biblioteca foi nomeada Biblioteca Maria Firmina dos Reis.
- **Auditório:** espaço com o mesmo tamanho da biblioteca, é um salão onde são realizadas reuniões, assembleias e algumas outras atividades, comportando cerca de 140 pessoas. Conta, ainda, com computador, projetor e caixa de som. Em concurso, o auditório foi nomeado Auditório Paulo Freire.
- **2 laboratórios de informática:** espaços que contam, cada um, com 20 computadores para uso discente e 1 computador para uso docente durante as aulas. Conta, ainda, com projetor e caixa de som.
- **Sala de aula:** originalmente projetado como laboratório de informática, o espaço tem sido usado como sala de aula, principalmente para cursos de extensão. Conta com 40 carteiras universitárias, computador, projetor e caixa de som.
- **Laboratório de Ensino de Matemática:** conta com mesas de estudos coletivas e individuais, laptops para uso dos estudantes, armário, projetos de matemática. Em concurso, o laboratório foi nomeado como Laboratório de Matemática Maria Laura Mozinho Leite Lopes.
- **Sala de informática:** espaço de apoio aos laboratórios de informática.
- **Saguão e corredores:** contam com 2 murais de avisos, um geral e outro de uso exclusivo da biblioteca.
- **Cantina:** espaço cedido à empresa terceirizada que comercializa bens alimentícios e também fornece as refeições dos estudantes do curso integrado.
- **Vestiários:** de uso exclusivo de servidores e trabalhadores terceirizados.
- **Sanitários.**

## **Bloco Vermelho**

Espaço ocupado exclusivamente pela equipe terceirizada de segurança e de portaria. Trata-se do menor bloco do câmpus, composto apenas pela guarita na entrada principal da unidade.

Além dos blocos construídos, há outros espaços no câmpus.

- **Área de convivência:** espaço coberto entre os blocos Amarelo e Verde. Aqui são realizadas algumas atividades de integração e culturais. Abriga mesas de refeição, onde os estudantes do curso integrado se alimentam no horário do almoço, e mesas de ping-pong, para o lazer dos estudantes. Além disso, abriga máquinas e equipamentos dos cursos de mecânica que não têm laboratório e/ou oficinas para recebê-los ainda. Por algum tempo, a área de convivência abrigou também o mobiliário doado de outras unidades do IFSP que não estavam aptos para o uso. Nesse espaço, também ocorrem parte das aulas de Educação Física, dado que a quadra do câmpus ainda não foi entregue para uso.

- **Estacionamentos:** o estacionamento dos servidores, do lado de dentro da obra, ocupa cerca de 2/3 do terreno do Câmpus Itaquaquecetuba, com aproximadamente 100 vagas. Há duas áreas de estacionamento para visitantes do lado de fora, ainda não pavimentadas, com vagas para aproximadamente 50 carros.

- **Quadra:** espaço destinado a realização de jogos. Recentemente recebeu cobertura contra sol e chuva.

Ainda em obras, há um **galpão** para instalação de laboratórios e oficinas. Quando entregue, abrigará o equipamento e maquinário que hoje ocupam o Bloco Verde do câmpus, liberando salas de aula.

Por fim, ainda há uma parte do terreno que deverá ser ocupada por futuras instalações.

Quanto às facilidades do câmpus:

### **Acessibilidade**

- Em todos os blocos, há sanitários masculinos e femininos e sanitários acessíveis para pessoas com dificuldades de locomoção, também separados por gênero.

- Todos os ambientes do câmpus são acessíveis por rampas dentro das especificações técnicas.

### **Telecomunicações**

- Há um telefone celular para contato com a unidade.
- O Bloco Laranja conta com internet cabeada e wi-fi para os servidores.
- O Bloco Amarelo conta com internet wi-fi para os servidores.

### **Energia elétrica**

- As instalações elétricas do câmpus são definitivas e adequadas ao consumo de energia requerido pelos equipamentos e máquinas em uso na unidade.

### **Segurança e portaria**

- Os serviços de segurança e portaria são terceirizados e pagos com orçamento próprio do câmpus. Atualmente, a equipe conta com um porteiro no período da manhã e da tarde, com um segurança no período da manhã e da tarde, e dois seguranças no período da noite.

### **Limpeza**

- O serviço de limpeza é terceirizado e pago com orçamento próprio do câmpus. A equipe conta regularmente com 3 funcionárias e eventualmente com mais 1 ou 2 assistentes.

### **Manutenção**

- Nos primeiros anos de atuação da unidade, a manutenção dos prédios era feito pela própria construtora, visto que a obra ainda não tinha sido concluída e que havia uma garantia do serviço. A partir de 2020, foi contratado um serviço terceirizado de manutenção, pago com orçamento próprio do câmpus.

### **Alimentação**

- A refeição a que fazem jus os estudantes dos cursos de nível médio são realizadas de duas maneiras. Para a alimentação seca e para os sucos, são contratados via licitação fornecedores de pequeno e médio porte, em geral que trabalham com agricultura familiar no caso de frutas. Para o almoço dos estudantes do curso integrado, foi contratado via

licitação uma empresa terceirizada que prepara e serve o almoço na própria unidade. Essa mesma empresa opera a cantina, que vende produtos comestíveis de acordo com uma tabela nutricional preparada junto à instituição.

### 3.6. Servidores (docentes e administrativos)

O câmpus conta com 94 servidores registrados no Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP).

**Administrativos:** 34, sendo um deles cedido à Advocacia-geral da União (AGU); portanto, **33 servidores**.

**Docentes:** 60, sendo 8 deles substitutos; portanto, **52 servidores**.

Os servidores estão organizados conforme o organograma que veremos a seguir.

### 3.7. Organograma do câmpus

O Câmpus Itaquaquetuba tem a mesma estrutura organizacional que a maioria dos câmpus do IFSP, com exceção dos chamados “câmpus avançados” ou dos “câmpus 90”. Assim se distribuem as funções:

Figura 4: Organograma do câmpus Itaquaquetuba



O Conselho de Câmpus (CONCAM) é o órgão deliberativo máximo da unidade. Tem

representantes eleitos entre docentes, discentes e técnicos, além da comunidade externa. voltaremos a tratar desse órgão adiante, no item “Gestão Democrática”.

Atualmente, os setores estão assim ocupados:

- DRG - Direção-geral: Denilson Mauri (diretor; docente). Seu mandato se encerra em 2021, quando assume o diretor geral eleito, Aumir Antunes Graciano (docente).
- DAA - Diretoria Adjunta de Administração: Aumir Antunes Graciano (diretor; docente). Assumirá a direção geral, e então assumirá Artur Martins de Sá (diretor; administrativo).
  - CLT - Coordenadoria de Licitações e Contratos: Renato de Oliveira Melo (coordenador; administrativo). Também no setor: Joana Darc Becker (administrativa).
  - CGP - Coordenadoria de Gestão de Pessoas: Douglas Wenzler da Silva (coordenador; administrativo). Também no setor: Edilson Hourneaux (administrativo).
  - CCF - Coordenadoria de Contabilidade e Finanças: Evaldeni Alves Rocha (coordenadora; administrativa). Também no setor: Daniel Paulino de Souza (administrativo).
  - CAP - Coordenadoria de Almoxarifado, Manutenção e Patrimônio: Bruno Dias Junqueira (coordenador; administrativo). Também no setor: Luiz Roberto Botelho Tedesco (administrativo).
- CTI - Coordenadoria de Tecnologia da Informação: Leandro Aparecido Bizerra Moureira (coordenador; técnico). Também no setor: Josemberg Batista dos Anjos e Tulio Francisco da Silva Bernardo (técnicos).
- CDI - Coordenadoria de Apoio à Direção: Wanderley Montanholi Junior (coordenador; administrativo).
- CPI - Coordenadoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação: Cleiton Domingos Maciel (coordenador; docente)
- CEX - Coordenadoria de Extensão: Paula Ferrari (coordenadora; assistente de aluno)
- DAE - Diretoria Adjunta Educacional: Rodrigo de Freitas Faqueri (diretor; docente)
  - CRA - Coordenadoria de Registros Acadêmicos: Juliana da Silva de Amorim (coordenadora; administrativa). Também no setor: Ana Claudia Folha da Cruz (assistente de aluno), Artur Martins de Sá, Ruama Sales Carneiro, Vinicius da Rosa Araújo



(administrativos).

- CAE - Coordenadoria de Apoio ao Ensino: Leandro de Campos Carahyba Dias (coordenador; técnico de laboratório). Também no setor: Altair Rodrigues Ferreira (assistente de alunos), Gilberto Santos Barbosa (técnico de laboratório) e Fabiana Melo Soares (nutricionista).

- CSP - Coordenadoria Sociopedagógica. Juliana Lucia do Amaral Molnr (coordenadora; docente). Também no setor: Adriana Martins Marques da Costa (pedagoga), André Aron Pastore Dryzun (psicólogo), Débora Cavalcante da Silva (técnica em assuntos educacionais), Roque AlmeidaFonseca Junior (técnico em assuntos educacionais) e Valtir Maria Pereira Santos (pedagoga).

- CBI - Gesialdo Silva do Nascimento (coordenador; (bibliotecário-documentalista). Também no setor: Carlos Alberto Pinheiro (administrativo), Célia Petronilha Fonseca Barboza (bibliotecária- documentalista), David de Castro (auxiliar de biblioteca) e Fernanda Ferreira da Silva ((bibliotecária-documentalista).

- SLM - Coordenadoria da Licenciatura em Matemática: Elizabete Rubliauskas Giachetti (coordenadora; docente).

- MTM - Coordenadoria dos cursos Técnicos em Mecânica: Carla Isabel dos Santos Maciel (coordenadora; docente).

Os demais docentes respondem diretamente a SLM e a MTM, que são suas chefias imediatas.

#### **4. Pressupostos político-pedagógicos do câmpus**

##### **4.1. Princípios Norteadores das ações político-pedagógicas:**

###### **4.1.1. *Ética, cidadania, inclusão social e criticidade***

Os princípios de ética, cidadania, inclusão social e criticidade estão presentes nos instrumentos normativos que regem o ensino desenvolvido nos Institutos Federais. A Constituição Federal (BRASIL,1988) em seu artigo 205 estabelece que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Na carta magna também está assegurado, no artigo 206, inciso I, “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” e no

artigo 208, inciso VII, “o atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde”, o que busca amenizar os impactos da desigualdade social brasileira na educação.

A Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional, principalmente no que se refere a seu artigo 2º e 22, reafirma os princípios estabelecidos pela constituição quanto ao exercício da cidadania. Essa lei também explicita em seu artigo 35, inciso III, como finalidade da Educação no Ensino Médio “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Assim, percebe-se que a cidadania, nos marcos legais para o Ensino Médio, está atrelada a uma concepção de Educação que enseja o pensamento reflexivo, ético e crítico, bem como a autonomia intelectual.

A Lei 11.892/08 (BRASIL, 2008) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências em seu artigo 6º que estabelece as finalidades dos Institutos Federais, inciso V, coloca como um dos objetivos dos institutos “constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica.” De tal forma que o desenvolvimento do pensamento crítico constitui-se como um dos objetivos dos Institutos Federais e é considerado nos marcos legais como atrelado ao desenvolvimento do ensino de ciências e ciências aplicadas.

Cabe ainda citar que de acordo com a Lei nº 12.711/2012, serão reservadas, para os cursos de nível técnico, no mínimo, 50% das vagas aos candidatos que cursaram integralmente o ensino Fundamental em escola pública e para os cursos de nível superior de graduação, no mínimo, de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Há ainda reserva de vagas para candidatos que tenham renda per capita bruta igual ou inferior a 1,5 salários-mínimos (um salário-mínimo e meio), além de candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com percentual igual ao dessa população, conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado de São Paulo.

Para além dos instrumentos normativos, desde o início das atividades do Câmpus Itaquaquecetuba os servidores procuraram criar na instituição uma cultura de cidadania e inclusão. Assim, a unidade tem realizado todos os anos ao menos 3 semanas temáticas durante

as quais esses temas são tratados: a Semana Cultural, a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a Semana da Consciência Negra e da Diversidade. A realização da Primeira Semana de Matemática para 2020 não ocorreu dada à pandemia causada pelo COVID-19. Durante os dias que compõem as semanas temáticas, as atividades regulares de sala de aula são substituídas por debates, temas, palestras, eventos culturais em que se procura sempre ampliar os horizontes do que se entende por escola, por ensino e por aprendizagem, abordando transversalmente temas que abrem as perspectivas de estudantes e servidores. Além disso, as semanas temáticas são abertas à comunidade, estreitando o laço entre ensino e extensão.

#### 4.1.2. *Gestão democrática*

De acordo com o Artigo 206 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), um dos princípios que regem o ensino público é o da gestão democrática, base em que se sustentam diversos processos, como a seleção de professores (via concursos públicos, processos seletivos e contratos, todos com suas publicações em diários oficiais), a admissão de estudantes (via edital de abertura de inscrições, processos seletivos, vestibulares, etc.), a nomeação para cargos de gestão (via eleição, concursos ou nomeação por ocupantes eleitos de cargos superiores hierarquicamente) e os conselhos consultivos e deliberativos (com a participação de representantes da comunidade, pais e responsáveis e estudantes).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996) reforça o princípio acima e define fatores, em seu Artigo 14, em que os sistemas de ensino de educação básica (estaduais, municipais, privados) atuarão como responsáveis normativos e/ou executores, de acordo com as suas peculiaridades, mas seguindo os princípios de participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. No que diz respeito à educação superior, há ainda a necessidade de existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional, em que os docentes ocupam setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como da escolha de dirigentes (Artigo 56). O Câmpus Itaquaquecetuba realizou em 2018 a eleição para o Colegiado do Curso de Licenciatura em Matemática e, findo o mandato dos então eleitos, está em vias de realizar novo pleito.

O Plano Nacional da Educação - PNE (BRASIL, 2014) tem como uma de suas diretrizes

a promoção dos princípios acima mencionados (Artigo 2º). Para tanto, define que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação da Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. Desse modo, o PNE estipula duas metas relacionadas ao assunto. Uma delas é a meta 7, em que se prevê fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, induzindo processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática e apoiando técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática. A outra é a meta 19, onde se encontra a questão de assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União.

No que se refere aos Institutos Federais – IF, o documento que estabelece sua concepção e suas diretrizes (MEC, 2010), na seção referente à autonomia dos Institutos, aponta que

Se for defensável que as políticas para a educação profissional e tecnológica devem ter como preceitos os interesses da sociedade e se for defensável também que é função precípua dos Institutos Federais atuar a favor dos arranjos produtivos, sociais e culturais dos Institutos Federais, ressalta-se que esses Institutos são concebidos como instituições de natureza jurídica de autarquia, detentoras da autonomia administrativa, patrimonial, locais, qualquer que seja a esfera delimitada para atuação dos Institutos Federais, a relação dialógica e democrática de seu fazer pedagógico possibilitará ganhos sociais expressivos e a superação de contradições existentes (p. 35).

O IFSP, em suas resoluções 871/2013 (a qual aprova o Regimento Geral do IFSP) e 26/2016 (que aprova o Regimento dos Câmpus), discrimina a estrutura de seus órgãos, entre conselhos, colegiados, núcleos e comissões, que organizam e regulamentam a gestão

democrática de cada setor e/ou câmpus. Como exemplo, é possível citar, entre outros: i. o Conselho Superior – CONSUP, órgão máximo deliberativo da instituição; ii. o Conselho de Câmpus – CONCAM, órgão máximo deliberativo local; iii. os colegiados de cursos superiores, órgãos máximos deliberativos dos cursos; iv. os Conselhos de Ensino (CONEN), de Pesquisa, Inovação e Pós-graduação (CONPIP) e de Extensão (CONEX), órgãos consultivos, normativos e propositivos, de assessoramento aos demais órgãos.

No que diz respeito especificamente ao CONCAM, é de se destacar que é um órgão composto por todos os segmentos que compõem a unidade: 2 titulares e 2 suplentes entre servidores docentes, 2 titulares e 2 suplentes entre servidores administrativos, 2 titulares e 2 suplentes entre estudantes, além de representantes da comunidade externa (egressos, sociedade civil organizada e poder público local), todos eleitos. A comissão é sempre presidida pelo ocupante da direção geral da unidade, também eleito.

Por ser um câmpus novo, o atual diretor geral foi indicado pelo reitor e foi, posteriormente, reconduzido em consulta pública à comunidade interna em 2019. A partir de abril de 2021, a direção será ocupada de acordo com a eleição realizada em 2020.

#### 4.1.3. *Direitos Humanos*

A Resolução nº 1 do CNE, de 30 de maio de 2012, estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos a serem observadas pelos sistemas de ensino e suas instituições. A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

No curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio, os temas em direitos humanos são distribuídos entre diversos componentes. Ainda que alguns componentes possam parecer “mais aptos” (como as Ciências Humanas) a abordar o tema do que outros, nenhum pode se eximir de abordá-lo quando pertinente. A Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos, a Educação Alimentar e Nutricional, a Educação para o Trânsito, o estudo do processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, são concebidas no currículo como temas fundamentais à eliminação do preconceito, à produção de conhecimentos interdisciplinares e à formação cidadã. Do mesmo modo, o estudo da história e cultura afro-brasileira e da formação étnica do povo brasileiro, levando em conta suas matrizes africana, europeia e indígena, permeiam a estrutura curricular do curso, de maneira a promover a

consciência da diversidade étnico-racial constitutiva de nossa sociedade.

No caso da Licenciatura em Matemática, isso é realizado por duas vias distintas e complementares. A primeira delas é mediante o componente específico chamado “Educação em Direitos Humanos”, que traz ao licenciando a discussão sobre os marcos históricos dos Direitos Humanos no Brasil e no mundo e sua aplicabilidade no cotidiano das experiências escolares, abordando temas relacionados à liberdade de religião, etnicidade e etnocentrismo, diversidade e desigualdade sexuais e de gênero, por exemplo. A segunda via é a da transversalidade, similar ao que ocorre no curso integrado, pela qual o debate sobre Direitos Humanos é abordado por demais componentes curriculares. As disciplinas que também abordarão os Direitos Humanos, por exemplo, são “Filosofia da Educação”, que tratará dos debates filosóficos da modernidade que fomentam a ideia de educação como um direito humano fundamental durante o Iluminismo e a Revolução Francesa, “Sociologia da Educação”, ao discutir as relações entre escola e desigualdades sociais, “Educação ambiental”, com os conceitos de biodiversidade e conservação como direitos humanos de terceira e quarta geração, e, por fim, “Legislação e Organização da Educação Brasileira”, na medida em que aborda os direitos e garantias fundamentais protegidos pela Constituição Federal de 1988 e as leis que garantem o ensino da história africana e indígena no Brasil.

#### *4.1.4. Educação Ambiental e Sustentabilidade*

A Lei nº 9.795/1999 indica que a “Educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”. A Educação Ambiental deve, portanto, ser contemplada em todos os níveis de ensino, conclusão esta sustentada também pela Constituição Federal de 1988, que em seu artigo 225, § 1º, inciso VI, assegura o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum, além de atribuir ao Estado o dever de “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”. Conclui-se, portanto, a partir da legislação vigente que esta temática deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente.

No curso integrado, o tema aparece de forma transversal ao longo dos componentes curriculares. No caso da licenciatura, uma vez que se trata de formação de docentes, também foi dado um enfoque específico no componente “Educação Ambiental”. Além disso, o curso

busca a integração da Educação Ambiental às disciplinas do curso de modo transversal, contínuo e permanente (Decreto nº 4.281/2002), por meio da realização de atividades curriculares e extracurriculares, desenvolvendo-se esse assunto nas disciplinas de Física Geral: Mecânica, Física Geral: Termodinâmica, Educação Ambiental, Currículo Planejamento e Avaliação, Educação Cultura e Sociedade, entre outras e em projetos, palestras, apresentações, programas, ações coletivas e demais possibilidades. Essa integração, em consonância com o que diz o MEC, no documento "Vamos Cuidar do Brasil", objetiva, por meio de uma abordagem adequada, evidenciar as interdependências das sociedades humanas, da economia e do meio ambiente, a simultaneidade dos impactos nos âmbitos local e global; uma revisão dos valores, ética, atitudes e responsabilidades individuais e coletivas; a participação e a cooperação; reconhecimento das diferenças étnico-raciais e da diversidade dos seres vivos, respeito aos territórios com sua capacidade de suporte, a melhoria da qualidade de vida ambiental das presentes e futuras gerações; os princípios da incerteza e da precaução (BRASIL, 2007, p.17). Além disso, é consenso que as escolas têm o compromisso de incentivar a sociedade a refletir sobre as questões socioambientais e a participar de ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida de todos. Embora tais reflexões ocorram no ambiente escolar, em grande parte das situações é o professor quem as fomenta. Assim, pretende-se neste curso, orientados pelos princípios educativos propostos no documento "Educação Ambiental: por um Brasil sustentável", formar professores críticos, cientes do seu papel social e cidadão e aptos a tratar a questão ambiental em todas as suas dimensões.

#### 4.1.5. *Interdisciplinaridade*

As questões de cidadania, inclusão social, direitos humanos, entre outros, são tratadas de forma interdisciplinar no câmpus de Itaquaquecetuba.

Desde o primeiro projeto pedagógico de curso, o do Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio, buscou-se uma integração entre componentes dentro da mesma área do conhecimento e também entre diferentes áreas do conhecimento. Isso se verifica por algumas vias:

a. O estudante do curso integrado precisa atingir média 6 para ser aprovado não em cada componente, mas dentro de uma área do conhecimento. Assim, ele precisa atingir um equilíbrio dentro de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Artes e Educação Física), Ciências

da Natureza (Física, Química, Biologia) e Ciências Humanas (Filosofia, Geografia, História e Sociologia) e Núcleo Técnico. Isso também orienta os docentes a trabalharem em conjunto dentro das áreas. Apenas a Matemática fica de fora desse arranjo. Porém, os cálculos desse componente são usados em outros componentes, de forma que naturalmente ocorre um compartilhamento desses saberes.

b. Além disso, o curso integrado tem esse nome justamente porque integra, “de um lado”, os conhecimentos do ensino médio e, “de outro lado”, os conhecimentos técnicos profissionalizantes da mecânica. No entanto, a fim de superar essa “separação”, foi criado um “terceiro” núcleo, uma nova “área do conhecimento” com componentes integrados: Resistência dos Materiais (Mecânica e Química), Física Aplicada (Mecânica e Física), Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho (Mecânica e Biologia), Mundo do Trabalho (Ciências Humanas e temas profissionalizantes), Matemática Aplicada (Matemática e temas do mundo do trabalho). Para coroar esse movimento de encontro, o componente Projeto Integrador busca aliar a redação científica e a execução de projetos que envolvam o mundo do trabalho, articulando conhecimentos de todos os núcleos. Assim, esse terceiro núcleo foi nomeado “Núcleo Articulador”. O componente está presente em todos os anos do curso integrado, complexificando-se a cada série, e sempre resulta em uma mostra à comunidade.

As semanas temáticas, de que falamos no item “Ética, cidadania, inclusão social e criticidade”, refletem a integração entre os componentes de cada curso e, além disso, *dos cursos entre si*. Assim, mais do que interdisciplinar, são eventos intercurtos, estendendo a um estudante da licenciatura conhecimentos em mecânica e vice-versa, e a membros da comunidade conhecimentos de quaisquer cursos de forma integrada.

#### 4.1.6. *Mundo do trabalho e educação profissional*

O processo educativo, objetivando a formação humana integral, deve incorporar diversas dimensões da vida, entre elas o trabalho, a ciência e a cultura, conforme PDI 2014-2018:

O *trabalho* compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao modo de produção); a *ciência*, compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilitam o contraditório avanço das forças produtivas; e a *cultura*, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade. (PACHECO, 2012, p. 59, grifos nossos)



Ainda segundo o PDI 2014-2018, destas dimensões, o trabalho é a primeira mediação entre o ser humano e a realidade material e social: é por meio dele que os conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente transformam as condições naturais da vida e possibilitam a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

Dá-se, desta forma, a centralidade do trabalho como práxis que possibilita criar e recriar, não apenas no plano econômico, mas no âmbito da arte e da cultura, linguagem e símbolos, o mundo humano como resposta às suas múltiplas e históricas necessidades. Nesta perspectiva, nos aproximamos da compreensão do trabalho como princípio educativo (RAMOS, 2004 e FRIGOTTO, 2004) na medida em que coloca exigências específicas para o processo educativo, visando à participação direta dos membros da sociedade no trabalho produtivo. Com isso, *a educação deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho*, propiciando a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos e sócio-históricos da atividade produtiva, para promover o desenvolvimento intelectual e a apreensão de elementos culturais que configurem a vida cidadã e economicamente ativa (PDI 2014-2018, grifos nossos).

Neste sentido, a educação profissional, modalidade específica entendida como uma preparação geral para o trabalho, pode fundamentá-lo como prática social, em que o conhecimento científico adquire o sentido de força produtiva. Ao aprender, compreender e apropriar-se dos conceitos científicos e tecnológicos básicos, transpondo-os na apropriação de técnicas e procedimentos, amplia-se a possibilidade de atuar de maneira autônoma e consciente na dinâmica econômica da sociedade. Portanto, de acordo com o PDI 2014-2018, acreditamos que

A referência fundamental para a educação profissional e tecnológica é o ser humano e, por isso, o trabalho, como categoria estruturante do ser social é seu elemento constituinte. (...) A educação para o trabalho, nessa perspectiva, se entende como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação – trata-se de uma educação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e ambientalmente. (PACHECO, 2011, p. 29)

Assim, a educação profissional e tecnológica, formando cidadãos para o mundo do trabalho, reafirma seu compromisso social, tanto por contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, quanto por ser fator de fortalecimento do processo de inserção cidadã. Ao trabalhar nesta direção, a ideia de formação integrada se configura,

buscando a superação da noção historicamente construída de divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a profissionalização incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, ao integrar à dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa (PDI, 2014-2018).

Nesta esteira, o curso Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio conta com um componente intitulado “ Mundo do Trabalho’ em seu núcleo articulador tendo em vista proporcionar condições para que o estudante possa refletir sobre a prática do trabalho no mundo em que vive, de onde vem e para onde vai sua atividade laboral, quais as condições e conseqüências de fazer o que fazemos.

#### 4.2. Ensino

O ensino no IFSP possui como alvo a educação básica, profissional e tecnológica e a educação superior, nas mais diversas modalidades. Abrange cursos e programas de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; cursos técnicos de nível médio integrados ao Ensino Médio; cursos técnicos de nível médio na forma integrada na modalidade EJA e cursos técnicos de nível médio subsequente ou concomitante; cursos superiores de graduação tecnológica, de licenciatura, de bacharelado e de pós-graduação.

De acordo com a Lei 11.741/2008, a educação profissional técnica de nível médio deve ser desenvolvida de forma articulada com o ensino médio de forma subsequente: o ensino médio de forma subsequente objetiva ofertar cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino médio; o ensino médio concomitante é ofertado a quem esteja cursando a partir do 2º ano em outra escola; o ensino médio de forma integrada é ofertado somente aos alunos egressos do ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno.

O ensino superior de licenciatura é ofertado na modalidade presencial ao estudante que deverá ter concluído o Ensino Médio ou equivalente e ser aprovado em Enem/SISU, conforme critérios estabelecidos pela Instituição.

##### 4.2.1. *Processos de ensino e aprendizagem e metodologias de ensino*

As atividades pedagógicas são organizadas em torno de áreas do conhecimento e

projetos interdisciplinares. São utilizadas diversas técnicas, desde as mais tradicionais, conceituais até as mais interacionais, procedimentais, entre as quais se pode citar:

- a) Aulas expositivas.
- b) Trabalhos de pesquisa individuais ou em grupo.
- c) Dramatizações (apresentações).
- d) Apresentações de canto e dança.
- e) Exposições de maquetes e trabalhos produzidos pelos alunos.
- f) Excursões culturais, como visitas a museus, cinema, parques ecológicos, cidades e pontos históricos, etc.
- g) Pesquisas de campo (ao ar livre, simulado de laboratório, observação e experimentação, etc.)
- h) Confecção de trabalhos manuais para exposição e criação de murais educativos.
- i) Uso do Laboratório de Informática para atividades pedagógicas orientadas e pesquisa.
- j) Atividades esportivas.

Evidente que a metodologia de sala de aula se pauta na autonomia dos docentes. A essa autonomia, no Câmpus Itaquaquecetuba se estimula e se busca, como vimos anteriormente, uma integração entre componentes curriculares, integração que pode aparecer na forma de projetos comuns, temas transversais ou mesmo avaliações unificadas.

Em todo começo de ano, para o curso integrado, e em todo começo de semestre para os demais cursos semestrais, são realizadas reuniões de planejamento com os docentes, Coordenações de Curso, Diretoria Adjunta Educacional e Coordenadoria Sociopedagógica. Durante o planejamento, os docentes devem compartilhar quais são seus objetivos e propostas para os meses seguintes, de maneira a encontrar pontos de interseção entre os componentes que favoreçam a realização de projetos de atividades integradas e interdisciplinares.

É também durante o planejamento que a abordagem do componente “Projeto Integrador”, dos cursos de Mecânica, é definida para cada turma. No caso do Curso Técnico em Mecânica Concomitante/Subsequente, como o componente só é oferecido no último módulo do curso, ele prevê a realização de um projeto mecânico. No caso do curso integrado ao Ensino Médio, buscamos uma complexificação ao longo dos três anos. No primeiro ano, considerando que os estudantes ainda estão tendo seus primeiros contatos com componentes técnicos, trata-

se principalmente de aprender a linguagem científica, a redação e a execução de um projeto. Temos trabalhado com essas turmas com temas de Direitos Humanos, contanto que articulem conhecimentos gerais do ensino médio e do ensino profissionalizante. No segundo ano, trata-se já de adentrar nas questões técnicas a partir da realidade regional: o mundo do trabalho em Itaquaquecetuba. Por fim, no terceiro ano, os estudantes buscam identificar uma necessidade no município que possa ser satisfeita através da Mecânica. O projeto e seu resultado, em todos os casos, não precisam necessariamente ser pensados como um objeto material: podem ser realizados sistemas de gestão, de avaliação de produtos, projeções estatísticas.

A Licenciatura em Matemática não conta com um componente chamado “Projeto Integrador”. No entanto, os estudantes devem realizar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em que apresentam na forma de monografia um estudo desenvolvido para além dos conteúdos trabalhados em sala de aula. Aqui também os professores se disponibilizam e informam suas áreas de estudo durante o planejamento.

#### 4.2.2. *Avaliação da aprendizagem e recuperação da aprendizagem*

O desempenho dos alunos no processo de ensino-aprendizagem se pauta na avaliação contínua e globalizada da competência e dos conhecimentos específicos em cada área do saber.

Desta maneira, a avaliação se faz através de atividades de classe e extraclasse, incluídos os procedimentos próprios de recuperação contínua e paralela.

Sobre a avaliação, temos a seguinte premissa oficial:

Art. 113. As avaliações serão obtidas mediante a utilização de instrumentos diversificados, tais como: exercícios; trabalhos individuais e/ou coletivos; fichas de observações; relatórios; autoavaliação; provas escritas; provas práticas; provas orais; seminários; projetos interdisciplinares e outros (IFSP, 2018).

Cada docente deverá registrar, bimestralmente, no diário de classe, no mínimo, dois instrumentos diferentes de avaliação. Considera-se aprovado o estudante que obtenha nota final igual ou superior a 6,0 (seis), e frequência de 75% (setenta e cinco por cento) no componente curricular, e se necessário, após reavaliação (cursos de nível médio) ou Instrumento Final de Avaliação (IFA, nos cursos superiores).

Nos cursos de nível médio, todo aluno que não alcançar a nota mínima exigida possui o direito de recuperação. A recuperação deverá ser oferecida, na educação básica, nos casos de

baixo rendimento escolar, em atendimento aos artigos 13, incisos III e IV e ao artigo nº 24, inciso V, alínea “e”, da Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 com previsão de:

I. Recuperação contínua;

II. Recuperação paralela.

§ 1º. A Recuperação Contínua será realizada no decorrer de todo o período letivo, com base nos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do processo de ensino e de aprendizagem.

I. Está inserida no trabalho pedagógico realizado no dia a dia da sala de aula [...], constituindo-se por intervenções imediatas, dirigidas às dificuldades específicas, assim que estas forem constatadas; [...]

§ 2º. A Recuperação Paralela será oferecida a partir da identificação das dificuldades dos estudantes no decorrer do período letivo.

As atividades [...] serão previstas em um plano elaborado pelo docente responsável pelo componente curricular ou pelo grupo de docentes de um determinado curso [...];

I. A recuperação paralela se dará em horário que privilegie o atendimento ao estudante e que não coincida com as aulas regulares; [...]

IV. Observado o progresso do estudante em comparação a situação anterior, os registros de nota deverão ser revistos (IFSP, 2018, Art. 41).

Pautamos sempre pela possibilidade de aperfeiçoamento do processo de ensino-aprendizagem. A avaliação de aproveitamento dos alunos é atribuição do professor da área, considerando, finalmente, o desempenho global dos alunos em cada área do conhecimento, além da possibilidade de ter sua situação analisada em Conselho de Classe.

Durante a avaliação de desempenho, são levadas em consideração habilidades e competências inerentes a cada disciplina ou área do saber, sendo esta expressa por notas. Na avaliação dos aspectos qualitativos, são consideradas a compreensão e o entendimento dos fatos e a percepção de suas relações; a aplicabilidade dos conhecimentos; a capacidade de análise e de síntese, além de outras habilidades cognitivas.

Alunos com deficiências, ou em processo de inclusão, têm planos individualizados de desempenho e avaliação de aprendizagem, levando-se em consideração suas características pessoais. Além do mais, levam-se em consideração aspectos qualitativos e os resultados obtidos durante o processo pedagógico.

Todas as leis referentes à avaliação, aprovação, reprovação, recuperação paralela e

contínua estão presentes na Organização Didática do IFSP, disponível no site oficial da instituição [www.ifsp.edu.br](http://www.ifsp.edu.br) e as demais leis referentes à educação podem ser encontradas no site do MEC.

#### 4.3. Pesquisa

No que tange aos pressupostos político-pedagógicos do Câmpus relacionados à pesquisa, todas as ações e diretrizes devem caminhar no sentido de garantir a livre expressão da atividade intelectual e científica, conforme nos orienta o Artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). A Carta Magna da legislação brasileira ainda estabelece em seu Artigo 23 como sendo de competência da União, em parceria com as esferas públicas menores, “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”. Nesse sentido, as instituições de Ensino representam um espaço privilegiado para o desenvolvimento da atividade de pesquisa e produção de conhecimento, seja na Educação Básica ou no Ensino Superior. Ainda com base neste documento, as Universidades devem, a partir de sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, obedecer ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Art. 207).

A necessidade de fomento à pesquisa por parte das instituições de Ensino encontra maior detalhamento na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (BRASIL, 1996), sendo dever do Estado não apenas a promoção do acesso à pesquisa e ao conhecimento em suas diversas dimensões (dever explicitado também no ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente), mas também à atividade de pesquisar. Entre os princípios e fins da Educação Nacional, os artigos 3º e 4º da referida LDB, estabelecem como princípios do ensino a ser ministrado tanto a liberdade de pesquisa como o “acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Especificamente à Educação Superior, no artigo 43 é dada a finalidade de

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; [...]

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; [...]

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas

pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996).

Desse modo, é de suma importância que as universidades, no exercício de sua autonomia e reconhecidas suas características de “instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano” (BRASIL, 1996, Art. 52), estabeleçam planos, programas e projetos de pesquisa científica, garantindo o devido respaldo dentre os recursos orçamentários disponíveis.

As instituições de educação superior constituídas como universidades integrar-se-ão, também, na sua condição de instituições de pesquisa, ao Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia, nos termos da legislação específica (BRASIL, 1996, art. 86).

É bastante significativa a importância que o Plano Nacional de Educação – PNE (BRASIL, 2014) dá a pesquisa como uma das principais potencializadoras de avanços nos níveis educacionais no Brasil, e as instituições de ensino como as grandes promotoras dessa prática. Como exemplo disso, podemos observar as estratégias para atingir as Metas 1 e 4 presentes no documento, que versam sobre a universalização da educação infantil na pré-escola e o atendimento educacional especializado para determinados grupos, respectivamente, o estímulo à “articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação” e a “criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia” (estratégias 1.9 e 4.5, respectivamente).

O fomento à pesquisa também possui como expectativa elevar a qualidade da educação superior nos cursos de graduação e pós-graduação no segmento público tanto no número de matrículas como na qualidade da formação dos profissionais.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. [...] 12.11) fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País; [...]

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Estratégias: [...] 14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa; [...] 14.11) ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica; (BRASIL, 2014).

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia estão em consonância com os dispositivos legais supracitados em suas diretrizes para o desenvolvimento da pesquisa dentro da instituição. Na Lei Nº 11.892 está expressa como finalidades de características dos Institutos Federais constituírem-se como centro de excelência no ensino de ciências de um modo geral e aplicadas como estímulo à investigação empírica.

O regimento geral do IFSP estabelece entre os órgãos colegiados o Conselho de Pesquisa e Inovação, órgão consultivo com funções previstas de supervisão em matéria de Pesquisa e Inovação. Entre os órgãos executivos está a Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, com a incumbência de planejar, dirigir, supervisionar e coordenar todas as atividades de pesquisa e de apoio à inovação mantidas pelo IFSP. Estão previstos nos artigos 185 e 186 deste regimento o fomento à pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, além da manutenção do registro de informações necessárias ao suporte, ao acompanhamento e à divulgação de programas, linhas e projetos de pesquisa desenvolvidos no IFSP.

A organização didática do IFSP tanto para a Educação Básica como para os cursos superiores possui como premissa o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão como atividades indissociáveis e articuladoras da formação técnico-profissional. Entre as atividades que o aluno deve desempenhar em sua trajetória acadêmica no Ensino Médio, encontram-se os projetos integradores que devem contemplar a aplicação dos conhecimentos adquiridos durante o curso e podem constituir-se como relevantes momentos para o desenvolvimento da atividade da pesquisa na Educação Básica. Para os cursos superiores, ao longo de toda a trajetória acadêmica é possível ao aluno participar de grupos de pesquisas, elaborar artigos científicos mediante produção acadêmica individual ou coletiva, além da realização do trabalho de conclusão de curso, caso este esteja previsto no projeto pedagógico do curso.

Recentemente, docentes e servidores do Câmpus Itaquaquecetuba compuseram e registraram no CNPQ o GPEPS, Grupo de Pesquisa em Educação, Politecnia e Sociedade, a



fim de desenvolver pesquisas que articulem educação pública, trabalho, políticas públicas e direitos humanos, entre outros temas.

#### 4.4. Extensão

A Extensão pode ser entendida como um espaço de produção de conhecimento, baseada nas trocas de saberes entre as instituições de ensino e a sociedade. Trata-se de um espaço de efetivação do compromisso acadêmico e social em função das exigências impostas pela realidade. É nesse sentido que a Política de Extensão do IFSP, conforme definida no PDI (2014-2018), é voltada para a interação da comunidade acadêmica com a comunidade na qual está inserida, abrangendo os diversos setores da sociedade. Orientada pelo compromisso social do IFSP, esta política deve ser planejada para ensinar e aprender, formar e ser formada, respeitar e ser respeitada pela sociedade, ou seja, crescer junto com a sua comunidade de referência, estabelecendo um diálogo constante, e buscando contribuir com o desenvolvimento econômico, social, político e cultural das comunidades com as quais o Instituto interage. Pretende abarcar, com isso, as diretrizes de Extensão (FORPROEX): Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão, Impacto na Formação do Estudante; Impacto e Transformação Social.

Com o objetivo de consolidar as ações de extensão como processo educativo, cultural e científico, articulado com o ensino e a pesquisa no cotidiano acadêmico e com o mundo do trabalho, a Portaria 2968/2015, que regulamenta as ações de Extensão do IFSP, as define como

[...] uma via de mão dupla com a sociedade, que proporciona a relação de diálogo entre conhecimentos acadêmicos e conhecimentos tradicionais, enriquecendo o processo educativo e possibilitando a formação de consciência crítica da comunidade interna e dos diversos atores sociais envolvidos.

Assim, as ações de Extensão compreendem todas as ações formativas, culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que promovam a relação dialógica entre o IFSP e a comunidade externa, e podem ser categorizadas em: programas; projetos; cursos de Extensão; eventos; prestação de serviços.

O Câmpus Itaquaquecetuba vem trabalhando com Extensão desde sua implementação. Em 2016, quando foram nomeados os primeiros docentes para a unidade, os servidores organizaram e executaram cursos de extensão. Esses cursos foram oferecidos no Câmpus

Avançado São Miguel Paulista, e também nos espaços cedidos pela Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, como uma sala de cursos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, onde foi oferecido pela primeira vez um cursinho preparatório para o ENEM e exames vestibulares pelo IFSP Câmpus Itaquaquecetuba. Nos anos seguintes, os cursos oferecidos na unidade de São Miguel Paulista foram trazidos para Itaquaquecetuba: História e Cultura da População Negra no Brasil, Informática para a terceira idade, Humanidades. Cursos novos foram propostos, aprovados e ministrados, como AutoCad, Astronomia para iniciantes, Sociologia, Oficina de introdução à produção de jornal, Cultura africana e afrodescendente na sala de aula: currículo e prática pedagógica. Em todos os anos, houve oferta de cursinho preparatório para o ENEM.

Dessa aproximação com a Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba, surgiu o primeiro convênio de parceria com o Projeto Info-Itaquá, ativo desde 2016 e com o objetivo de oferecer aos cidadãos conhecimentos básicos na área de informática.

Além dos cursos de extensão, foram realizadas oficinas, lançamentos de livros e um projeto de mapeamento das empresas do município, sem contar as atividades constantes das semanas temáticas, já abordadas anteriormente.

Essas e as demais ações de Extensão no câmpus são organizadas pela Coordenadoria de Extensão (CEEx), que promove e/ou participa dos eventos realizados, assim como tem estimulado a elaboração e desenvolvimento de projetos no câmpus e trabalhado em busca de fomento.

Com o intuito de continuar a oferecer cursos a comunidade em 2020, a coordenadoria de Extensão, em abril de 2020, requisitou à Diretoria de Ensino a Distância através da Pró-Reitoria de Extensão a implementação da plataforma institucional Moodle, estabelecendo mais uma possibilidade para as ações da extensão.

## **5. Os cursos que oferecemos**

Considerando os termos da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal, o campus Itaquaquecetuba fundamenta seu projeto pedagógico na articulação de saberes que possa dar aos discentes oportunidades de desenvolver habilidades necessárias não só para o exercício do trabalho, mas também para a formação cultural crítica e reflexiva e exercício da cidadania. Nessa esteira, o projeto pedagógico se materializa em uma educação

formal, pautada em conhecimentos tecnológicos, históricos e culturais, cujo objetivo é de propiciar o desenvolvimento reflexivo e crítico dos discentes de modo que, considerando os valores humanos e a importância da preservação do meio ambiente e do respeito à diversidade sociocultural, possam intervir na sociedade, transformando, assim, o meio em que estão inseridos.

Os cursos ofertados pelo Campus de Itaquaquecetuba se dividem em: Curso Técnico em Mecânica, Integrado ao Ensino Médio e Concomitante, e Curso de Graduação Licenciatura em Matemática.

### 5.1. Cursos Técnicos de nível médio

Na educação profissional técnica de nível médio retoma-se a ideia da formação integrada que supera a separação entre executar e pensar, dirigir ou planejar. Com isso, a formação profissional deve incorporar valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos da práxis humana, integrando a dimensão do trabalho à ciência, à cultura e à pesquisa. Trata-se possibilitar o acesso a conhecimentos diversos, promovendo construções intelectuais mais elevadas, junto à reflexão crítica contextualizada. Temos como objetivo a formação plena do educando, com a apropriação de conceitos necessários para intervenção consciente na realidade e compreensão do processo histórico de construção do conhecimento. Só assim podemos contribuir para a formação de sujeitos autônomos, que possam compreender-se no mundo e, dessa forma, atuar nele por meio do trabalho, transformando a natureza e a cultura em função das necessidades coletivas da humanidade.

Os cursos técnicos são organizados e oferecidos, prioritariamente, na forma de cursos integrados ao Ensino Médio. Também são organizados de modo concomitante e/ou subsequente ao Ensino Médio.

#### 5.1.1. *Técnico em Mecânica integrado ao Ensino Médio*

O curso técnico integrado ao ensino médio foi elaborado com o pressuposto de que a articulação de conteúdos de diferentes campos (históricos, científicos, linguísticos, culturais, filosóficos e técnicos) possibilita a formação integrada do sujeito discente de forma que ele possa ter condições de estar preparado e qualificado para o mercado de trabalho e para o exercício da cidadania.

Ao longo do curso, serão trabalhados aspectos técnicos, éticos e políticos e a autonomia

do discente tendo em vista desenvolver a habilidade investigativa e aprimorar o pensamento analítico, crítico e reflexivo do aluno.

Atendendo a legislação vigente em destaque o artigo 27 da Resolução CNE – CEB nº6 de 20 de setembro de 2012, o curso foi elaborado com carga horária total mínima de 3270 (três mil, duzentas e setenta) horas e carga horária total máxima de 3750 (três mil, setecentas e cinquenta) horas. A distribuição da carga horária corresponde a um total de 2070 horas para as disciplinas nas áreas de Linguagens e códigos, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, vinculados à Educação Básica que compõem a Base Nacional Comum, e a um total de 1200 horas para as disciplinas curriculares de formação específica conforme estabelecido no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.

O curso técnico integrado ao ensino médio é oferecido a quem já concluiu o Ensino Fundamental e foi organizado com duração de 03 anos. A forma de ingresso ao curso será feito por meio do Processo Seletivo, de responsabilidade do Instituto Federal de São Paulo e processos seletivos para vagas remanescentes, por meio de edital específico, a ser publicado pelo IFSP no endereço eletrônico [www.ifsp.edu.br](http://www.ifsp.edu.br).

Além desta forma de ingresso, estão previstas outras tais como: processo seletivo para vagas remanescentes, transferência interna e externa, ou outras formas definidas pelo IFSP por meio de edital específico.

Quanto ao número de vagas ofertadas, serão disponibilizadas 80 (oitenta) vagas por ano, sendo 40 (quarenta) no período matutino e 40 (quarenta) no vespertino. Tendo como base a Lei nº 12.711/2012, serão reservadas, no mínimo, 50% das vagas aos candidatos que cursaram integralmente o Ensino Fundamental em escola pública. Dentre estas, 50% serão reservadas para candidatos que tenham renda per capita bruta igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio). Das vagas para estudantes egressos do ensino público, os autodeclarados pretos, pardos ou indígenas preencherão, por curso e turno, no mínimo, percentual igual ao dessa população, conforme último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Estado de São Paulo, de acordo com a Lei nº 12.711/2012, de 29/08/2012.

### **Organização do Curso**

A organização do currículo do curso de Técnico em Mecânica, na modalidade Integrado ao Ensino Médio, compreende além, das disciplinas de Formação Profissional e das vinculadas à Educação Básica (Linguagens e códigos, Ciências Humanas, Matemática e Ciências da

Natureza, vinculados à Educação Básica), a disciplina optativa Estágio Supervisionado que poderá ter até 360 (trezentas e sessenta) mediante comprovação do estudante. O currículo do curso apresenta como Parte Diversificada Optativa a oferta dos componentes curriculares “Espanhol” e “Libras”, totalizando a carga horária de 120 horas.

O conteúdo curricular das disciplinas está organizado de forma que o aluno possa ser exposto a conhecimentos voltados também à Educação Ambiental, à Educação em Direitos Humanos, à Educação Alimentar e Nutricional, à Educação para o Trânsito, e à discussão de temas como o estudo do processo de envelhecimento e valorização do idoso, a reflexão sobre a diversidade social, o estudo da história e cultura afro-brasileira e da formação étnica do povo brasileiro.

### **Objetivos do curso**

O objetivo do Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio é de proporcionar ao aluno sólida formação educacional para que ele possa ter condições de exercer sua profissão de forma ética atendendo as demandas da sociedade, de estar preparado para não só dar continuidade aos seus estudos como também para compreender de forma crítica o mundo em que vive. Para tal fim, o curso foi elaborado a partir da elaboração de objetivos específicos pautados nos preceitos da Base Nacional Comum e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.o 9394/96 e de objetivos técnicos pautados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Técnica de Nível Médio (Resolução CNE-CEB n.o 06/2012 – art. 13 e Parecer CNE-CEB n.o 11/2012).

Nesta esteira, são elencados como objetivos o domínio da matemática, da norma culta da língua portuguesa e da língua estrangeira; o conhecimento do campo artístico-cultural e científico-tecnológico; a aplicação de conceitos de diferentes campos do saber para análise e entendimento das transformações da sociedade no âmbito histórico, geográfico e cultural, dos fenômenos naturais e da produção tecnológica; o desenvolvimento de habilidades técnicas para realizar atividades relativas ao campo profissional (fabricação de peças e conjuntos mecânicos, inspeção e supervisão de serviços de manutenção, dentre outros).

### **Perfil dos egressos**

Com uma formação de base científica, tecnológica e humanística, o profissional técnico em mecânica deverá ter competências para exercer sua profissão com visão crítica, reflexiva e ética atentando-se ao desenvolvimento de uma sociedade pautada em valores sustentáveis.

Ao final do curso, o técnico deverá estar apto para realizar atividades que envolvem a elaboração de projetos de produtos, ferramentas, máquinas e equipamentos mecânicos; o planejamento, aplicação e controle de procedimentos de instalação, a manutenção mecânica de máquinas e equipamentos segundo normas técnicas e normas relacionadas à segurança; o controle nos processos de fabricação; a aplicação de técnicas de medição e ensaios; a especificação de materiais para construção mecânica.

5.1.2. *Técnico em Mecânica na modalidade Concomitante e/ou Subsequente ao Ensino Médio*

O curso técnico de nível médio concomitante/subsequente é oferecido a quem já concluiu ou esteja cursando no mínimo o segundo ano do Ensino Médio.

**Objetivos do curso**

Os objetivos do curso Técnico em mecânica Concomitante/Subsequente ao Ensino Médio é a formação integral do estudante, preparando-o para a vida, ao o exercício da cidadania, capacitando-o ao aprendizado permanente, à continuidade dos estudos e ao mundo do trabalho. Com efeito, o curso está constituído de aspectos técnicos, éticos e políticos, de pendor à autonomia intelectual, de propensão ao desenvolvimento da capacidade investigativa e ao pensamento analítico, crítico e reflexivo, mediante a aquisição da compreensão de saberes que integram a contextualização da prática profissional, os processos produtivos e questões transversais relacionadas.

Ao frequentar o curso, espera-se que o discente aprenda a ter iniciativa, adquira responsabilidade, respeite a diversidade de ideias e colabore com o trabalho em equipe; aja de maneira ética, exerça a cidadania e prepare-se ao trabalho; realize processos de fabricação de peças e conjuntos mecânicos, notadamente no que concerne aos fundamentos teóricos e à prática de máquinas e equipamentos de laboratórios; inspecionar e supervisionar serviços de manutenção; dimensionar e selecionar peças e conjuntos mecânicos; fazer procedimentos que garantam a qualidade e a otimização dos processos mecânicos; instalar, selecionar e manter sistemas de automação de processos; utilizar sistemas de informação; efetuar procedimentos de ensaios de laboratórios dentro das normas técnicas vigentes e utilizadas por empresas mecânicas; desenhar *layout*, diagramas, componentes e sistemas mecânicos e relacioná-los às normas técnicas de desenho; identificar, classificar e caracterizar os materiais aplicados na

construção de componentes, máquinas e instalações mecânicas por meio de técnicas e métodos de ensaios mecânicos.

De acordo com a legislação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (Lei 11.892/2008, Resolução 871/2013, Resolução 872/2013, Resolução 866/2013, Resolução 859/2013) e do Brasil (Parecer CNE/CEB nº11/2012, Lei 9.394/1996, Decreto 5.154/2004, Resolução CNE/CEB/2012, Lei 12.513/2011, Decreto nº 7.589/2011, Resolução nº 6/2012, Portaria nº 1.547/2011, Resolução nº 5/2012, Resolução/CD/FNDE nº 18/2010, Decreto nº 5.622/2005), a organização curricular do Curso Técnico em Mecânica na modalidade concomitante/subsequente divide-se em quatro módulos a permitir evolução lógica no desenvolvimento dos conhecimentos técnicos a serem trabalhados, propicia ao concluinte dos três primeiros módulos (totalizando 900 horas) a saída intermediária com formação em Preparador de Máquinas e Ferramentas, forma o estudante que completou os quatro módulos como Técnico em Mecânica (desde que tenha concluído o Ensino Médio).

### **Organização do curso**

Nos quatro módulos do curso (distribuídos cada um deles em vinte semanas e com 300 horas) estão contemplados os componentes curriculares que habilitam profissionalmente o Técnico em Mecânica, tanto os obrigatórios, como os optativos e o estágio supervisionado (opcional). As frequências totais possíveis (de acordo com o PPC do curso do *campus* Itaquaquecetuba) atingem 1200 horas, 1245 horas, 1290 horas ou 1650 horas, uma vez que as opções entre componentes curriculares optativos e estágio supervisionado dão origem a cargas horárias diferenciadas.

Acerca do ingresso ao curso, o Instituto Federal São Paulo realiza o Processo Seletivo e o Processo Seletivo para Vagas Remanescentes, mediante edital específico, ambos publicados no ambiente [www.ifsp.edu.br](http://www.ifsp.edu.br). Ademais, há a possibilidade de transferência interna e externa, *ex officio* ou outras formas definidas pelo IFSP por meio de edital específico. Para matricular-se, o estudante precisa estar cursando a segunda ou a terceira série do Ensino Médio ou tê-lo concluído e ter sido aprovado no processo seletivo. A instituição oferta, anualmente, quarenta vagas no período noturno.

### **Perfil do egresso**

O egresso do curso Técnico em mecânica na modalidade concomitante/subsequente é habilitado científica, tecnológica e humanamente para o exercício da sua profissão de modo

crítico, proativo, ético, com capacidade de relacionar mundo do trabalho, contexto sociopolítico e econômico e desenvolvimento sustentável. O profissional elabora projetos de produtos e ferramentas, executa controle de qualidade, de processos e manutenção de máquinas e equipamentos mecânicos; é capaz de planejar, aplicar e controlar procedimentos de instalação, manutenção e inspeção mecânica de máquinas e equipamentos; opera equipamentos de usinagem; aplica equipamentos de soldagem; realiza interpretação de desenho técnico; controla processos de fabricação; aplica técnicas de medição e ensaios; especifica materiais para construção mecânica.

## 5.2. Cursos superiores

A oferta dos cursos de Licenciatura tem o objetivo de atender as demandas sociais por formação de professores para a Educação Básica. Assim, pretende-se a formação integral do ser humano, com implicações no comprometimento ético, social e político do estudante. Espera-se que o licenciado se aproprie da compreensão de sua ação no mundo como educador. Ademais, espera-se fomentar uma visão ampla das consequências da aplicação dos conhecimentos teóricos na prática profissional.

Dessa forma, torna-se imprescindível a articulação entre teoria e prática de forma de que os cursos e as disciplinas contemplem a formação de docentes comprometidos com a sua formação específica e com seus deveres éticos para com a sociedade em constante aprimoramento de seus valores.

### 5.2.1. *Licenciatura em Matemática*

O curso de Licenciatura em Matemática do campus Itaquaquecetuba destina-se a preparar professores para atuarem na Educação Básica. Podem ingressar no curso, os estudantes que tenham concluído o Ensino Médio ou equivalente. A licenciatura tem duração de quatro anos. Para realizar a integralização do curso, de acordo com a Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, o estudante deve cumprir 3300 horas de atividades curriculares. A forma de ingresso é por meio do Sistema de Seleção Unificada (Sisu/MEC) e processos simplificados para vagas remanescentes, por meio de edital específico, publicado pelo IFSP no endereço eletrônico [www.ifsp.edu.br](http://www.ifsp.edu.br).

De acordo com o PARECER N.º: CNE/CES 1.302/2001, as Competências e Habilidades desejadas com o curso de Licenciatura em Matemática são:



- a) capacidade de expressar-se escrita e oralmente com clareza e precisão;
- b) capacidade de trabalhar em equipes multidisciplinares
- c) capacidade de compreender, criticar e utilizar novas ideias e tecnologias para a resolução de problemas.
- d) capacidade de aprendizagem continuada, sendo sua prática profissional também fonte de produção de conhecimento
- e) habilidade de identificar, formular e resolver problemas na sua área de aplicação,

### 5.3. Cursos de Extensão

O Câmpus Itaquaquecetuba oferece cursos de extensão, livres e de curta duração, voltados para a formação inicial e continuada, para toda a comunidade, tanto interna quanto externa. Estes cursos são planejados para atender demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertado em todos os níveis de escolaridade.

Semestralmente, os cursos de Extensão são ofertados por meio de edital e divulgados no site do câmpus. São cursos de línguas, informática, introdução a ciências humanas e da natureza e temas de mecânica, entre outros. Dentre eles, destaca-se o cursinho preparatório para o ENEM/ Exames Vestibulares e informática básica , ofertado desde de 2016, primeiro ano de atividade dos servidores do câmpus.

## **6. O que fazemos: políticas e ações em nosso câmpus**

O Câmpus Itaquaquecetuba busca realizar ações em diferentes áreas, conforme as Políticas institucionalmente estabelecidas e, ainda, procura propor, discutir e cumprir as prerrogativas do IFSP e da comunidade atendida pelo Câmpus.

O cumprimento das políticas é um exercício diário e solidário, visto que cada atividade desempenhada tem como objetivo o exercício das funções e ações decorrentes do trabalho exercido por todos os servidores. Elencamos neste capítulo as atribuições de cada setor, assim como, à luz da legislação, apontamos os caminhos percorridos e as ações concretizadas por cada segmento.

Visto que o Projeto Político-Pedagógico não é o fim, mas um norteador basilar da filosofia e das propostas do Câmpus, pretendemos, com estas e futuras ações e políticas,

consolidar um ensino de qualidade.

#### 6.1. Diretoria Adjunta Educacional (DAE)

A Diretoria Adjunta Educacional é o principal órgão dos câmpus do IFSP no que diz respeito às políticas pedagógicas. Vinculada diretamente à Direção Geral do Câmpus e em parceria com a Pró-Reitoria de Ensino, a DAE tem sob sua alçada os “setores educacionais”: Coordenadoria de Apoio ao Ensino, Coordenadoria de Registros Acadêmicos, Coordenadoria Sociopedagógica e Coordenadoria de Biblioteca, além, é claro, das Coordenadorias de Curso.

A Resolução 26/2016, que contém o Regimento dos Câmpus do IFSP, atribui uma série de responsabilidades a esta diretoria. De forma resumida, a DAE é responsável pela elaboração e supervisão da atuação educacional do câmpus em seus diversos setores, desde o planejamento, passando por aulas, biblioteca, acolhimento, atividades extracurriculares, até as definições de horários e calendários.

Na condição de Diretoria, o ocupante da DAE deve justamente direcionar as políticas pedagógicas do câmpus que são realizadas, tanto individual quanto coletivamente, a partir das normativas, das deliberações dos colegiados e dos planejamentos.

#### 6.2. Coordenadorias de curso

As Coordenadorias de Curso se vinculam diretamente à Direção Adjunta Educacional e têm foco específico nos cursos ofertados pelo IFSP. Assim, compete às Coordenadorias supervisionar a execução dos Projetos Pedagógicos de cada curso do Câmpus, sempre em contato com as demais Coordenadorias do “setor educacional”.

##### 6.2.1. *Cursos Técnicos em Mecânica*

Em nosso câmpus, a Coordenadoria dos Cursos Técnicos em Mecânica no Câmpus Itaquaquecetuba se responsabiliza pela coordenação e realização de 2 PPCs, que contam com 10 turmas simultâneas (6 no curso integrado e 4 no curso concomitante/subsequente), totalizando 400 estudantes, além de chefiar quase todos os docentes da unidade, durante os 3 períodos do dia (o curso integrado é ofertado nos períodos da manhã e da tarde e o curso concomitante/subsequente no período da noite).

### 6.2.2. *Licenciatura em Matemática*

A Coordenadoria da Licenciatura em Matemática se responsabiliza pela coordenação e realização de 1 PPC, que conta com 4 turmas simultâneas (o ingresso é anual e o curso prevê a conclusão em 4 anos), totalizando 160 estudantes, além de chefiar docentes principalmente da área de Matemática e Pedagogia, e eventualmente Ciências da Natureza e Ciências Humanas, num único turno, o período noturno. Destacam-se como políticas e ações desta coordenadoria:

- Supervisionar o processo de formação dos estudantes - futuros professores, fazendo zelar pela adequação dos espaços acadêmicos, acompanhamento dos docentes, bem como dos registros resultantes das ações pedagógicas implementadas no curso de Licenciatura em Matemática, tendo como base o PPC vigente, o calendário acadêmico e as demais determinações legais, a destacar a Organização Didática dos cursos superiores de graduação;

- Atuar em parceria com a Diretoria Adjunta de Ensino, a Coordenadoria Sociopedagógica, a Direção e as Pró-reitoras, em ações de acompanhamento de estudantes do câmpus Itaquaquecetuba, visando a redução da evasão e da reprovação, assim como, a melhoria dos processos de ensino aprendizagem;

- Definir, a cada período letivo, a demanda dos componentes curriculares a serem ofertados, reconhecendo possibilidades de ações indissociáveis com a pesquisa e a extensão.

### 6.3. Coordenadoria Sociopedagógica

A Coordenadoria Sociopedagógica (CSP), setor vinculado à Direção Adjunta Educacional, consiste em uma equipe multiprofissional, articulada e de ação interdisciplinar, a qual, quando plenamente estruturada, e de acordo com a Resolução IFSP nº 138 de 04/11/2014, deve ser composta por Assistente Social, Pedagogo, Psicólogo, Técnico em Assuntos Educacionais e outros servidores que venham a ser alocados no setor.

A CSP tem como objetivo colaborar com o pleno desenvolvimento do processo educativo, orientando, acompanhando, intervindo e propondo ações que visem a promover a qualidade do processo de ensino e aprendizagem, a permanência e a conclusão, com êxito, dos estudantes no IFSP, nas modalidades presencial e a distância.

No Câmpus Itaquaquecetuba, a CSP vem buscando uma especificidade em suas ações. Nesse sentido, tem havido um aprimoramento no atendimento discente: estudo do rendimento do aluno e atendimento dos alunos com baixo rendimento e baixa frequência, atendimento das

demandas individuais que se relacionam com o ensino, acompanhamento de ações do ensino e trocas de experiências e trabalho conjunto com docentes e coordenadores no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem.

A CSP busca atuar conforme as necessidades contextuais e o perfil de cada aluno, realizando atendimentos individuais ou em grupo, e em casos específicos, com a participação dos pais, contribuindo assim para o fortalecimento da parceria entre a escola e a família. Para isso, acompanha e analisa o desempenho acadêmico e comportamental dos discentes, intervindo nas dificuldades identificadas; realiza um acompanhamento permanente sobre a evasão e seus motivos, em parceria com outras instâncias do câmpus ou do IFSP; participa da elaboração e execução de atividades educativas e culturais voltadas à formação integral e à promoção da saúde dos estudantes e da comunidade escolar.

Também são atribuições da Coordenadoria Sociopedagógica a participação nas reuniões de pais para os cursos integrados; a organização dos conselhos pedagógicos e deliberativos para os cursos técnicos integrados e concomitantes/subsequentes; o planejamento, a organização e a condução da semana de planejamento escolar.

De acordo com atuação específica de cada membro que a compõe, a CSP ainda planeja, organiza e conduz o programa de Assistência Estudantil, além de assistir o NAPNE (Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas) e as atividades da Equipe de Formação Continuada, sendo as duas últimas realizadas em parceria com outras instâncias do câmpus e do IFSP.

Por fim, acompanha, a elaboração, implementação e avaliação das Ações Universais realizadas pelos docentes; participa de bancas como as realizadas no processo seletivo para contratação de docentes substitutos e as de extraordinário aproveitamento de estudos de discentes; colabora para a construção e reformulação do Projeto Político-Pedagógico, a elaboração de calendários escolares, além de analisar os Projetos Pedagógicos dos cursos (PPC) que serão iniciados ou reformulados.

### *6.3.1. Assistência Estudantil*

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 no ano de 2010. Os auxílios estudantis são repasses financeiros aos estudantes e têm por objetivo custear, parcial ou integralmente, os gastos dos estudantes, visando a ampliar as condições de permanência e de êxito nos cursos do

IFSP.

Atualmente, as políticas de assistência estudantil do IFSP estão fundamentadas nas resoluções de nº 41/2015 e nº 42/2015: a primeira regulamenta a Política de Assistência Estudantil e a segunda a Normatização dos Auxílios da Política de Assistência Estudantil. A Assistência Estudantil é composta pelo Programa de Auxílio Permanência e pelo Programa de Ações Universais.

- Programa de Auxílio Permanência: Esse programa é voltado aos estudantes em vulnerabilidade social. O principal objetivo do programa é apoiar a permanência dos estudantes na instituição por meio de auxílios financeiros mensais, entre eles: alimentação, moradia, creche (apoio aos estudantes pais e mães), transporte, apoio didático-pedagógico e saúde.

- Programa de Ações Universais: As ações do Programa de Ações Universais são desenvolvidas por meio de elaboração de projetos voltados para a área de cultura, esporte, inclusão digital e apoio às necessidades educacionais específicas dos estudantes. Esse programa conta com a participação de estudantes, professores e técnicos-administrativos.

#### 6.4. NAPNE - Núcleo de apoio às pessoas com necessidades educacionais específicas

O Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) tem o propósito de implementar ações inclusivas, contribuindo para a reflexão sobre a prática da inclusão, a aceitação da diversidade, com o objetivo de romper as barreiras arquitetônicas, educacionais e atitudinais. Os NAPNEs também acompanham o desenvolvimento acadêmico dos estudantes com necessidades educacionais específicas, procurando realizar intervenções efetivas quando necessário, durante o percurso acadêmico de cada um. A resolução 137/2014 regulamenta o NAPNE e o seu trabalho.

No Câmpus Itaquaquecetuba o NAPNE tem participação constante em todas as semanas temáticas e promoveu diversos eventos que contaram com a participação de palestrantes externos, especialistas em educação inclusiva, com o objetivo de fomentar a reflexão e a sensibilização para as necessidades educacionais específicas pela comunidade acadêmica, favorecendo o refinamento das práticas de ensino, pesquisa e extensão.

A equipe é composta por servidores docentes e administrativos e estudantes.

#### 6.5. Formação Continuada

A Formação Continuada de Professores do IFSP se constitui em um conjunto de atividades e ações voltadas para o processo de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional dos docentes. A prática busca a valorização do profissional, assim como a constante reflexão sobre a prática docente, concebendo o câmpus como local privilegiado de construção e produção de conhecimento, onde é necessário estabelecer discussões contextualizadas sobre o fazer pedagógico.

O Câmpus Itaquaquecetuba conta com uma Equipe de Formação Continuada formada por professores e técnicos-administrativos responsável por implantar a política e promover capacitações. A essa equipe compete articular, elaborar e realizar estudos e pesquisas, assim como compartilhar e divulgar as atividades de formação desenvolvidas. As ações realizadas localmente são articuladas com a PRE, através da Diretoria de Articulação Pedagógica, Ações Inclusivas e Formação Continuada (DAPE).

Dada a pandemia causada pelo covid 19, a Comissão de Formação Continuada vem promovendo, encontros e atividades de formação online.

#### 6.6. Políticas e ações de extensão

A Extensão consiste em um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a instituição educacional e os diversos setores sociais. Assim, a Extensão configura-se como um espaço de produção de conhecimentos baseada na troca de saberes e experiências entre a Escola e a Sociedade. Além disso, compreende todas as ações culturais, artísticas, desportivas, científicas e tecnológicas que envolvem a comunidade externa e não fazem parte das atividades regulares de Ensino e Pesquisa. Tais ações devem estar baseadas na análise das necessidades e interesses da comunidade em que cada câmpus está inserido e devem ser articuladas com a vocação e a qualificação acadêmica dos docentes, técnico-administrativos e discentes envolvidos.

As ações de Extensão no Câmpus Itaquaquecetuba têm variado entre cursos e atividades. Os Cursos de Extensão são oferecidos na modalidade presencial ou a distância e têm a finalidade de atender as demandas da sociedade e necessidades de aquisição, atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos científicos, tecnológicos e profissionais, de jovens e adultos, com necessidades identificadas a partir de pesquisas regionais, podendo ser ofertados em todos os níveis de escolaridade. Já as atividades são aquelas realizadas fora da sala de aula,

como estágios, eventos, visitas técnicas e oferecimento de bolsas.

#### 6.7. Políticas e ações de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação

A partir da publicação da Lei Federal nº 11.892 de 2008, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ficou estabelecido que uma de suas finalidades é o estímulo e a realização da pesquisa aplicada, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico, com o objetivo de estender seus benefícios à comunidade.

Dessa forma, a Coordenação de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação (CPI) do câmpus Itaquaquecetuba tem como objetivo planejar e acompanhar as atividades relacionadas com a pesquisa, buscando seu fortalecimento em todos os níveis de ensino do IFSP, por meio de incentivo a projetos de pesquisa voluntários, na busca por bolsas em agências de fomento e na apresentação de resultados em eventos acadêmicos. Nos últimos anos, foram realizadas pesquisas de Iniciação Científica por estudantes do Ensino Médio e do Ensino Superior, com resultados apresentados em eventos dentro e fora do IFSP.

Além das ações relacionadas à pesquisa, o Câmpus Itaquaquecetuba conta com dois servidores docentes como Agentes de Prospecção de Projetos de Inovação (APIs), responsáveis por fazer a mediação entre os interesses do arranjo produtivo local e as atividades de inovação do IFSP.

Por ora, o câmpus não conta com projetos para oferta de cursos de Pós-Graduação.

#### 6.8. Órgãos Colegiados

1. **Conselho de Câmpus:** como vimos no item “Gestão Democrática”, o Conselho de Câmpus (CONCAM) é o órgão normativo, consultivo e deliberativo, como instância máxima no âmbito de cada Câmpus, por delegação do Conselho Superior do Instituto Federal de São Paulo. Conta com a composição do diretor, representantes docentes, discentes, técnicos-administrativo e sociedade civil. Compete a ele aprovar diretrizes para atuação local, propostas orçamentárias, projetos, regulamentos internos e normas disciplinares, entre outras atribuições. Assim, as competências gerais do Conselho de Câmpus se referem a: informações da comunidade relativas a assuntos de caráter administrativo, de ensino, de pesquisa e de extensão; diretrizes e metas de atuação do Câmpus e o zelo pela adequada execução de sua política educacional; calendários acadêmicos do Câmpus; promoções e divulgações das atividades do

IFSP junto à sociedade; questões submetidas à sua apreciação; propostas de projetos pedagógicos de cursos, bem como suas alterações.

**2. Colegiado de Curso:** o colegiado de curso é um órgão consultivo e deliberativo de cada curso superior do IFSP. Composto pelo coordenador do curso, representantes docentes, discentes e técnico-administrativos, tem como objetivo, entre suas competências, conduzir e aprovar em primeira instância os trabalhos de reestruturação do Projeto de Curso, a grade curricular, o perfil do egresso, o projeto de estágio supervisionado, estrutura de pré-requisitos para apreciação e aprovação de instâncias superiores do IFSP; emitir parecer, quando solicitado, sobre: aproveitamento de estudos, de competências acadêmicas e profissionais; aceleração de estudos, transferências e de adaptações, mediante requerimento dos interessados; estabelecer, semestral ou anualmente os critérios de seleção para preenchimento de vagas remanescentes; elaborar e aprovar Regulamento de Atividades Complementares; estabelecer critérios e procedimentos de acompanhamento e avaliação do curso; colaborar no processo de Reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso; analisar e dar parecer de solicitações referentes à avaliação de atividades executadas pelos alunos não previstas no Regulamento de Atividades Complementares; avaliar as propostas de projetos e convênios encaminhados pela coordenação do curso; apontar as necessidades de alocação de recursos materiais, humanos, bem como capacitação destinada ao aprimoramento do curso; avaliar a solicitação de dispensa de alunos-monitores, mediante proposta do seu Coordenador, a ser submetida ao órgão responsável e deliberar em primeira instância sobre os pedidos de prorrogação de prazo para conclusão de Curso.

**3. Conselho de Classe (Pedagógico e Deliberativo):** os Conselhos de Classe do IFSP são organizados como instâncias consultivas (Conselho de Classe Pedagógico) e deliberativas (Conselho de Classe Deliberativo) e contam com a participação dos docentes da respectiva turma, do Coordenador de Curso e do Pedagogo ou do Técnico em Assuntos Educacionais da Coordenadoria Sociopedagógica.

**4. Outras comissões locais:** a depender de necessidades acadêmicas e/ou operacionais que o câmpus possa encontrar no dia-a-dia, são constituídas comissões como força-tarefa. De forma mais permanente, o Câmpus Itaquaquecetuba conta com uma Comissão de Comunicação Social, uma Comissão de Eventos e uma Comissão de Matrícula. Pontualmente, são criadas comissões para planejamento das semanas temáticas, comissão para arborização no câmpus, comissão para o inventário dos bens da unidade, comissão para inclusão digital, entre outras.



#### 6.9. CPA - Comissão Própria de Avaliação

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) foi instituída no IFSP, em consonância com o art. 11 da Lei nº 10.861/2004, como órgão de coordenação, condução e articulação do processo interno de avaliação institucional, de orientação, de sistematização e de prestação de informações às unidades universitárias e ao Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES). A CPA é composta por representantes da comunidade do IFSP (professores, estudantes e servidores técnicos) e tem como função coordenar a Autoavaliação Institucional. É importante ressaltar que os processos de avaliação interna são fundamentais para a tomada de decisão e para a melhoria contínua da qualidade acadêmica.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem como objetivo coordenar os processos de avaliação internos da instituição, de acordo com as diretrizes, critérios e estratégias estabelecidas pelo SINAES. A autoavaliação caracteriza-se por um processo mediante o qual a instituição, com a participação de todos os seus segmentos (alunos e servidores), é avaliada por si mesma e internamente na perspectiva de relacionar o que ela efetivamente é com o que deseja ser, de refletir sobre suas realizações, sobre o modo como se organiza, como se governa e como atua. A fim de realizar sua missão, a CPA deve, portanto, constituir-se como órgão de representação acadêmica e social. Sob a coordenação da comissão central, a CPA deve dispor, em cada câmpus, de, no mínimo, um representante docente, um representante técnico-administrativo, um representante discente e um representante da sociedade civil.

Os resultados anuais são apresentados à comunidade, disponibilizados no site do câmpus, e devem servir como guia para as ações da gestão da unidade.

#### 6.10. Movimento Estudantil - Centro Acadêmico e Grêmios

O Movimento Estudantil é um canal para a construção da cidadania, mobilizando os indivíduos e colaborando para a formação de um profissional ético, cidadão e consciente de suas responsabilidades e de seus direitos. Tal movimento fortalece o vínculo do estudante com a instituição de ensino e sua identidade, favorecendo as mais diversas formas de interação, além de representar e defender os interesses da categoria estudantil. O movimento pode ser organizado por meio de Grêmios, Centros Acadêmicos, Associações Atléticas Acadêmicas, Centros (ou Diretórios) Acadêmicos e do Diretório Central dos Estudantes.

O câmpus Itaquaquecetuba conta com um Grêmios ainda não nomeado e atualmente sem gestão, em decorrência do término do mandato da primeira gestão (Gestão L.U.T.E) e a

suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia de Covid-19. Além do Grêmio, os estudantes da Licenciatura em Matemática constituíram o Diretório Acadêmico Maryam Mirzakhani (DAMM).

Ambas instâncias de representação estudantil compartilham o espaço de uma copa, cedido a eles no Bloco Amarelo da unidade.

#### 6.11. CAAD - Comissão de Avaliação da Atividade Docente

A Comissão para Avaliação da Atividade Docente (CAAD) foi instituída pela Resolução 109/2015, de 04 de novembro de 2015, e é regulamentada pela Resolução 108 do mesmo dia. Suas principais atividades consistem em analisar, solicitar correções, homologar e dar publicidade aos Planos Individuais de Trabalho Docente (PIT) e Relatórios Individuais de Trabalho Docente (RIT), entregues por todos os docentes do câmpus, de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução 109/2015 e pela Portaria 4.658/2019.

#### 6.12. CAE - Coordenadoria de Apoio ao Ensino

Coordenadoria composta atualmente por técnicos de laboratório, assistentes de alunos e nutricionista, a CAE visa assistir as atividades de ensino do câmpus, bem como zelar pelo atendimento às normas disciplinares e educacionais da instituição no câmpus. A CAE também dialoga com a Coordenação Sociopedagógica com o intuito de propiciar um ambiente amigável e acolhedor aos discentes e seus pais/responsáveis, a fim de possibilitar o pleno desenvolvimento do ensino/aprendizagem de seu corpo discente. Além disso, a CAE apoia as coordenações de cursos e áreas com a finalidade de promover uma base eficaz de materiais didáticos pedagógicos à disposição do corpo docente do câmpus.

A CAE realiza a organização, logística e empréstimos de materiais didáticos pedagógicos ao corpo docente, organiza juntamente com a CSP as reuniões bimestrais de pais de alunos dos cursos integrados, auxilia a CSP na organização dos conselhos pedagógicos e deliberativos, operacionaliza a distribuição da alimentação dos alunos de cursos integrados e da alimentação seca, realiza o controle de aulas dadas/não dadas, é responsável pela alocação de todas as aulas nos respectivos espaços destinados a aulas teóricas e práticas e faz as atribuições de aulas no sistema administrativo.

#### 6.13. CBI - Coordenadoria de Biblioteca

A Coordenadoria de Biblioteca (CBI) do Câmpus Itaquaquecetuba tem como missão promover o acesso à informação e à cultura, contribuindo como um facilitador no processo de ensino e aprendizagem. O acervo físico é composto por livros, periódicos e alguns jogos de tabuleiro. Todos os serviços de biblioteca são informatizados com acesso online, gerenciado pelo software Pergamum. A circulação no ambiente da biblioteca é de livre acesso e oferecemos computadores conectados à internet para realização de pesquisas e consultas. Na busca da excelência no atendimento às necessidades de informação dos usuários, a CBI oferece acesso à coleção digital de livros da Biblioteca Virtual Universitária, da produção científica nacional e internacional do Portal de Periódicos da CAPES e das normas técnicas da ABNT para consulta e pesquisa online.

O setor conta com 3 bibliotecários, um assistente de biblioteca e um assistente administrativo.

#### 6.14. CRA - Coordenadoria de Registros Acadêmicos

A Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA), órgão vinculado à Diretoria Adjunta Educacional, é o setor responsável pela administração, registro e arquivamento das informações dos alunos dos cursos regulares do Câmpus Itaquaquecetuba, bem como pela emissão dos documentos acadêmicos oficiais (históricos escolares, diplomas, certificados, carteirinhas, entre outros). É mais conhecida pela comunidade como Câmpus Itaquaquecetuba como “Secretaria”.

A CRA também é responsável pela prestação do serviço de atendimento ao público interno e externo e as suas atribuições estão descritas no art. 15 da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016. Durante a suspensão de atividades presenciais decorrentes da pandemia de Covid-19, a secretaria manteve o atendimento online, realizado via e-mail e requerimentos no SUAP.

#### 6.15. Setor Administrativo

O “setor administrativo” é composto por aquelas coordenadorias vinculadas à Diretoria Adjunta de Administração e algumas das coordenadorias ligadas diretamente à Direção Geral da unidade:

- Coordenadoria de Gestão de Pessoas - CGP, órgão vinculado à Diretoria Adjunta de Administração, tem como principal função realizar trabalhos que visem ao desenvolvimento dos Recursos Humanos tendo em vista proporcionar a integração entre o servidor e o câmpus prestando suporte em todos os assuntos que são pertinentes à área. Entre as suas funções está o acompanhamento de licenças, afastamentos, folha de pagamento, treinamentos e desenvolvimento pessoal (estágio probatório e avaliação de desempenho). As atribuições da CGP estão descritas no art. 10 da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016.

- Coordenadoria de Contabilidade e Finanças - CCF, órgão vinculado à Diretoria Adjunta de Administração, é responsável por coordenar e controlar as atividades relacionadas à contabilidade, finanças, orçamento e conformidade. As atribuições da CCF estão descritas no art. 11 da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016.

- Coordenadoria de Licitações e Contratos - CLT, órgão subordinado à Diretoria Adjunta de Administração, tem como principal função administrar os processos licitatórios e contratos do câmpus. As atribuições da CLT estão descritas no art. 12 da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016.

- Coordenadoria de Almoarifado, Manutenção e Patrimônio - CAP, órgão subordinado diretamente à Diretoria Adjunta de Administração, é responsável pela administração do patrimônio da unidade e as suas atribuições estão descritas no art. 13 da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016.

- Coordenadoria de Apoio à Direção - CDI, órgão vinculado diretamente à Direção-Geral do Câmpus, tem por finalidade prestar suporte técnico-administrativo à Direção do câmpus. Suas atribuições estão descritas no art. 5º da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016.

- Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CTI, órgão vinculado diretamente à Direção-Geral do Câmpus, é responsável pela manutenção dos serviços informáticos da unidade e as suas atribuições estão descritas no art. 6º da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016.

- Diretoria Adjunta de Administração - DAA, órgão vinculado diretamente à Direção-Geral do câmpus, é responsável por coordenar a implementação, o controle e avaliação das atividades de caráter operacional para o funcionamento da unidade. As atribuições da DAA estão descritas no art. 9º da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016.

Os servidores do setor administrativo normalmente trabalham nos “bastidores” das práticas de ensino, pesquisa e extensão do câmpus, dando suporte e criando condições para o cotidiano da instituição. Por isso, no Câmpus Itaquaquetuba sempre dizemos que “todos os servidores são educadores”, não apenas os docentes, pois todos estão comprometidos e

envolvidos com a realização das atividades do IFSP - o que se estende também aos funcionários terceirizados que trabalham no câmpus.

#### 6.16. Direção-Geral (DRG)

Por fim, os câmpus do IFSP contam com a Direção-Geral, que articula o trabalho pedagógico com o trabalho administrativo e se responsabiliza por todo trabalho das unidades. O ocupante da Direção-Geral é eleito por votação entre os três segmentos do câmpus: servidores docentes e técnicos e estudantes. A DRG é órgão de assistência direta e imediata ao Reitor e as suas atribuições estão descritas no art. 4º da Resolução nº 26, de 05 de abril de 2016.

### **7. Propostas de ações para os próximos anos**

Como o primeiro Projeto Político-Pedagógico do Câmpus Itaquaquecetuba do IFSP, e considerando o processo de ensino e aprendizagem em sua totalidade, complexo, em que teias de relações se travam no ambiente escolar, a presente seção deste documento retrata propostas parâmetros e diretrizes de atuação para o Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração para os próximos anos.

#### 7.1. Ensino

- Intensificação do PAP, com maiores recursos; Reconhecimento e fortalecimento das ações da CSP e da CAE; Fortalecer as Políticas de Ações Afirmativas, com o apoio dos membros do NEABI, NUGS e NAPNE;
- Intensificar o acompanhamento dos estudantes, estreitando os vínculos de trabalho entre as coordenações de curso, CSP e DAE; Intensificar o vínculo da instituição com as famílias dos estudantes e comunidade em geral; Ampliação das ações de acolhimento e de pertencimento à instituição; Criação de uma comissão de apoio e acolhimento, formado por estudantes, que teriam também o papel de realizar a mediação entre alunas e alunos e a instituição em situações de dificuldades acadêmicas, bem como, de vulnerabilidade social e emocional-psicológica;
- Retomada das atividades de reforço para os ingressantes;

- Oferecimento de projetos de ensino e bolsas para monitores;
- Investimento em oficinas e laboratórios; Intensificação dos debates sobre o mundo do trabalho; Definição e promoção de políticas de egressos que auxiliem na inserção ao mundo do trabalho e na continuidade dos estudos em outro nível de ensino;
- Ampliação da biblioteca; Instalação da rede de internet e ampliação dos recursos digitais; Melhorias na área de convivência do câmpus, com designação e demarcação de espaços para lazer, alimentação e estudos; Melhorias nas salas de aula quanto à climatização e controle da luminosidade (instalação de ar condicionado e cortinas); Implantação dos laboratórios;
- Renovação do mobiliário; Renovação dos computadores e manutenção das impressoras; Instalação e ampliação da rede de internet; Climatização do ambiente e ajuste da luminosidade;
- Construção e equipamento de laboratórios para todas as áreas do conhecimento dos cursos ofertados;
- Envolver os discentes para a criação da rádio on-line, com o intuito de promover webinars, entrevistas, cobertura de eventos, ações culturais internas e externas, entretenimento, desenvolvimento na comunicação social dos discentes e servidores e, também, o "jornalzinho" de circulação bimestral ou semestral; Fomentar e incentivar a criação e/ou manutenção do Grêmio Estudantil e do Centro/Diretório Acadêmico, bem como estimular o diálogo com entidades estudantis municipais, estadual e nacional;
- Discutir com a comunidade os trâmites para a aprovação e reformulação dos cursos oferecidos pela nossa instituição, tal como orientados pelo PDI.

## 7.2. Pesquisa

- Ampliar a captação de recursos mediante projetos em parceria com órgãos públicos das diferentes esferas de governo; Estimular e apoiar a submissão de projetos de pesquisa e de inovação tecnológica junto às agências e órgãos de fomento à pesquisa; Valorizar a iniciação científica como etapa formativa dos estudantes; Maior orçamento para bolsas de pesquisa; Laboratórios para todas

as áreas do conhecimento; Incentivar os alunos a participarem de eventos, tais como congressos, seminários, palestras e visitas técnicas;

- Priorizar o desenvolvimento de projetos de pesquisa nas várias esferas do conhecimento, articulando-se com as demandas sociais locais, regionais e nacionais; Incentivar também pesquisas de inovação na área de humanidades, fortalecendo a área de formação docente;
- Estimular a criação de Grupos de Pesquisa e políticas de incentivo à atuação dos pesquisadores; Manter o sítio do câmpus atualizado sobre as atividades desenvolvidas nos projetos de pesquisas, grupos de pesquisadores e demais ações correlatas.

### 7.3. Extensão

- Realizar um mapeamento contínuo das particularidades socioeconômicas e culturais da comunidade, bem como dos arranjos produtivo, social e cultural local; Maior participação de estudantes nas comissões organizadoras das semanas temáticas;
- Promover ações de extensão junto aos egressos; Identificar e estabelecer parcerias com instituições do poder público, com entidades da sociedade civil organizada e com os movimentos sociais, visando a construção de projetos e programas de extensão que estimulem os arranjos produtivos, sociais e culturais locais; Propiciar condições para a realização de visitas técnicas nas empresas da região;
- Divulgação de oportunidades de estágios junto à Comissão de Comunicação; Criação de um banco de talentos no câmpus para cadastro de currículos dos alunos e para encaminhamento à oferta de estágios e empregos; Formalização de parcerias com as escolas da cidade de Itaquaquecetuba e região do Alto Tietê; Melhorar a integração dos trabalhos entre Coordenadoria de Extensão e Coordenadorias de cursos; Reduzir a burocratização dos processos;
- Priorizar o desenvolvimento de projetos de extensão nas várias esferas (Esportes, Artes, Cultura, Tecnologia), com ênfase nas demandas da comunidade de Itaquaquecetuba; Implementação de um observatório social; Fomentar o desenvolvimento de parcerias com o arranjo produtivo local; Oferecer cursos de

Formação Inicial e Continuada (FIC) que atendam às demandas da comunidade e do arranjo produtivo, social e cultural de Itaquaquecetuba e região.

- Promover e apoiar a participação dos técnicos administrativos em atividades de extensão, na medida em que parte significativa destes possui outros saberes, formações e expertises para além dos cargos que exercem.

#### 7.4. Administração

- Intensificação das ações da Comissão de Comunicação para os públicos interno e externo; Ações para identidade visual do Câmpus (letreiro na fachada, pintura da caixa d'água, etc.); Placas de trânsito identificativas do Câmpus; Divulgar as ações existentes no câmpus nos espaços públicos da cidade, como estações de trem, terminais de ônibus, praças e parques, bem como na imprensa regional; Formação continuada aos servidores sobre a função social do IFSP;
- Instalação de piso tátil e placas inclusivas de identificação dos espaços do câmpus; Planejamento do conjunto de ações com o NAPNE; Liberação de todos os banheiros destinados a pessoas com deficiências físicas; Destinar uma parte da verba orçamentária do câmpus para ações inclusivas;
- Instalação de internet e telefonia em todo o câmpus, de acesso a servidores, estudantes e visitantes;
- Solicitação ao poder público local para instalação de pontos de ônibus na frente do câmpus;
- Liberação do espaço (retirada do maquinário); Instalação de bancos; Instalação de sistema de som; Cobertura do prédio verde e/ou sistema de escoamento para evitar alagamentos decorrentes da chuva;
- Criar um Comitê Gestor, a fim de consolidar a democracia participativa nas tomadas de decisões estratégicas do câmpus; Envolver as representações estudantis e sindicais nas decisões tomadas pela gestão do câmpus; Discutir com a comunidade os trâmites para a aprovação e reformulação dos cursos oferecidos pela nossa instituição, tal como orientados pelo PDI;
- Renovação de todo mobiliário danificado e/ou improvisado dos ambientes educacionais e administrativos; Desfazimento do mobiliário inutilizável.



## 8. Referências Bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm) . Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm). Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. MEC. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**: Um novo modelo em educação profissional e tecnológica. Concepção e diretrizes. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&Itemid=30192). Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acessado em 01 de julho de 2019.

BRASIL. **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003**. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.741.htm). Acessado em 01 de julho de

2019.

BRASIL. **LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm) . Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Regimento Geral do IFSP.** São Paulo, 2013. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/427-regimento-geral-do-ifsp.html?download=9443%3Aregimento-geral>. Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Regimento dos câmpus do IFSP.** São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/568-resolucoes-2016.html?download=15889%3Aresolucao-no-262016-de-05-de-abril-de-2016>. Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Projeto Pedagógico Institucional - PPI.** São Paulo, 2013a. Disponível em: [www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/350-2013.html?download=7589%3Aprojeto-pedagogico-institucional-2013](http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/350-2013.html?download=7589%3Aprojeto-pedagogico-institucional-2013). Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Organização didática dos Cursos Superiores de Graduação.** São Paulo, 2016. Disponível em: [www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/305-documentos.html?download=17930%3Aorganizacao-didatica-2016](http://www2.ifsp.edu.br/index.php/arquivos/category/305-documentos.html?download=17930%3Aorganizacao-didatica-2016). Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Organização didática da Educação Básica.** São Paulo, 2018. Disponível em: [https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2018/Resol\\_62\\_2018\\_Aprova-Organizao-Didtica\\_Educao-Bsica.pdf](https://www.ifsp.edu.br/images/reitoria/Resolucoes/resolucoes2018/Resol_62_2018_Aprova-Organizao-Didtica_Educao-Bsica.pdf). Acessado em 01 de julho de 2019.

IFSP. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI - 2019-2023.** São Paulo, 2019. Disponível em: <https://drive.ifsp.edu.br/s/m2GXUaawIkSgX8d#pdfviewer>. Acessado em 01 de julho de 2019.

PACHECO, Eliezer. **INSTITUTOS FEDERAIS:** uma revolução na Educação Profissional e

Tecnológica. MEC. São Paulo: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer (Org.). **Perspectiva da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:** Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais. SETEC/MEC. São Paulo: Moderna, 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. O projeto unitário de ensino médio sob os princípios do trabalho, da ciência e da cultura. In: FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA (orgs.). Maria. Ensino médio. **Ciência, cultura e trabalho**. Brasília, MEC/SETEC, 2004.